



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ ã SR (02)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ ã SR (02)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Fortaleza-CE, março de 2010.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ - SR(02)

GUILHERME CASSEL

Ministro de Estado

ROLF HACKBART

Presidente

RAIMUNDO AMADEU DE FREITAS

Superintendente Regional

EDUARDO MARTINS BARBOSA

Superintendente Regional Substituto

RAIMUNDA CLEIDE FONTES

Assessoria Técnica - Ouvidoria Agrária

PAULO ROBERTO FONTES BARQUETE

Assessoria Técnica - Planejamento

EVELYN GRACE DE BARROS CAMPOS VALADÃO

Procuradoria Federal Especializada

RAIMUNDO CRUZ PINTO

Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

EDUARDO MARTINS BARBOSA

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

FLÁVIO JOSÉ DE SOUZA

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

MARIA DENISE SILVA ARAGÃO

Divisão Administrativa

GRUPO DE TRABALHO

ORDEN DE SERVIÇO INCRA/SR(02)/nº 127/2009)

Aristides Braga Monte
Eduardo Martins Barbosa
Fabíola Silva Gomes
Flávio José de Sousa
Ismênia Maria Macedo Cysne Costa
Jacqueline de Francesco Daher
Luiz Gilberto Costa Pereira
Maria Denise Silva Aragão
Mariita Colares Ribeiro da Luz
Nágila Mabel Marques Pedroza
Najara Frota Ramos
Paulo César de Melo Rodrigues
Paulo Roberto Fontes Barquete
Paulo de Tarso Teixeira Barreira
Raimundo Cruz Pinto



***Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features***

5

Desenvolvimento da Malha Fundiária Nacional	51
Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	54
2.3.3.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	56
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	57
Principais Ações do Programa	57
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	57
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo.....	59
Principais Ações do Programa	59
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	59
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	63
Principais Ações do Programa	63
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.....	63
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	66
Principais Ações do Programa	67
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo.....	67
2.3.7.2 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	70
2.3.7.3 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	72
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	75
Principais Ações do Programa	75
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	75
2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa	78
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo	80
Principais Ações do Programa	80
2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade.....	80
2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática	82
2.4 Desempenho Operacional.....	83
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	84
2.4.2 Execução Orçamentária	88
Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	88
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação	88
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	90
2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa	91

5	92
o de Recursos Humanos	93
3.1 Composição dos Recursos Humanos	93
3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos	93
3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos	94
3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra	96
3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir	97
3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	98
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	100
5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	101
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	103
7. Previdência Complementar Patrocinada	106
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	107
9. Renúncias tributárias	108
10. Operações de fundos	109
11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno	128
11 B. Determinações e recomendações do TCU	128
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	112
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	112
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	114
15. Informações Contábeis da Gestão	114
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	115
17. Anexos	127



PDF
Complete

Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação

Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Denominação abreviada: INCRA		
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373045
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(085) 32991303	(085) 34823309
Endereço eletrônico: imprensa@fla.incra.gov.br		
Página da Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Av. Américo Barreira 4700, CEP 60442800, Fortaleza-CE		

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade ã Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, criada pelo Decreto-lei n.º 1.110, de 09/07/1970, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto n.º 5.735, de 27/03/2006 (com nova redação dada pelo Decreto nº 6.812, de 03/04/2009).

O INCRA tem como missão prioritária a realização da Reforma Agrária, a manutenção do cadastro nacional de imóveis rurais e a administração das terras públicas da União. Encontra-se implantado em todo o território nacional por meio de trinta Superintendências Regionais.

Nos últimos anos, o INCRA incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial, tendo como referencial o programa do governo federal óTerritórios da Cidadaniaô, instituído por Decreto, datado de 25/02/2008. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infra-estrutura e a promoção do desenvolvimento sustentável dos milhares de assentamentos existentes no País.

No Ceará, o INCRA é representado pela Superintendência Regional - SR(02), desenvolvendo e executando as ações do Governo Federal direcionadas para a Reforma Agrária e ao Gerenciamento da Estrutura Fundiária.

O documento em tela informa acerca dos programas e ações correlatas desenvolvidas com base nas orientações emanadas do Plano Plurianual - PPA 2008/2011, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA.

entação dos programas e das linhas de ação adota a nacional, a partir dos entendimentos mantidos com o Tribunal de Contas da União - TCU.

Em seu conjunto, o Relatório reafirma a importância e o significado das ações de Reforma Agrária para a melhoria das condições de vida de um contingente expressivo de trabalhadores rurais no Estado do Ceará assentados até o ano de 2009, em 377 projetos de assentamento federais, envolvendo 20.397 famílias. Ressaltam-se, ainda, os trabalhos em parceria em assentamentos estaduais (37 projetos com 717 famílias) e o reconhecimento de duas reservas extrativistas, com 347 famílias.

Sabe-se que se trata de uma política complexa, cujo êxito envolve um esforço de convergência de ações que não se esgotam na criação dos assentamentos. Para tanto, destaca-se o esforço empreendido pela Superintendência Regional para desenvolver suas ações com base nas premissas de territorialização, integração e descentralização das ações, visando à paulatina inserção de sua gestão no Gespública.

Dentre os muitos desafios e oportunidades que se apresentam para a consecução da Reforma Agrária, além das inseridas no presente relatório, percebe-se a necessidade de adequação das atividades da Superintendência Regional aos pressupostos do programa Territórios da Cidadania - TC, que hoje envolve praticamente 67% dos projetos de assentamento do governo Federal, cuja ênfase, juntamente com as orientações dos órgãos de controle, notadamente na área ambiental, implica a redefinição do planejamento organizacional, numa perspectiva sistêmica.

Os resultados das ações do INCRA no Ceará, em 2009, revelam muitos avanços e, também, problemas e desafios importantes para assegurar a ampliação e a qualificação do programa de Reforma Agrária. Deve-se lembrar que, em face da crise financeira mundial recente, os recursos destinados ao INCRA sofreram corte expressivo, com o Decreto nº 6.808, de 27/03/2009, impondo uma redução na capacidade operacional da SR(02). Na área de obtenção e implantação de assentamentos, a SR(02) assentou seiscentas e oito famílias, o que permitiu cumprir 60,8% da meta prevista. Embora tenha vistoriado um total de imóveis com área suficiente para o cumprimento da meta, vários fatores contribuíram para o desempenho supracitado. Dentre eles, destaca-se um longo período na tramitação dos processos enviados a Brasília para decretação e para pagamento dos imóveis avaliados e, ainda, na

s, não obstante os esforços para encontramos uma ambiental do Estado.

Em 2010, com a viabilização do estoque de áreas vistoriadas e avaliadas e a crescente liberação de licenças ambientais, o processo de assentamento das famílias deverá ser mais rápido.

Na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, merece destaque o sucesso nas negociações para a retomada e viabilização dos serviços de Ates, mediante convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e a Média Empresa - SEBRAE.

A Superintendência Regional formalizou dois convênios que permitiram assegurar recursos para iniciar atividades nas áreas dos programas Terra Sol e Manejo de Recursos Naturais, ampliando as parcerias e viabilizando ações para a qualificação dos projetos de assentamento envolvidos.

Fez-se um amplo esforço para redirecionar o trabalho das equipes de campo, tendo como referência o enfoque territorial. A ênfase teve como motivação o conceito de áreas reformadas, cujas premissas se encontram no II Plano Nacional de Reforma Agrária, supondo que a concentração de projetos de assentamento e de famílias assentadas por unidade territorial traria maior possibilidade de apreensão dos impactos.

As ações de concessão de crédito e de infra-estrutura foram as mais prejudicadas em seu desempenho, não obstante o excelente resultado de recursos empenhados, tendo em vista as dificuldades operacionais resultantes da insuficiência de servidores, os sucessivos reajustes nos valores dos créditos, a questão já referida das licenças ambientais (Licenças de Instalação e Operação - LIO), cuja demora na liberação impediu a concessão dos créditos de instalação. Ressaltam-se, ainda, os trâmites necessários ao processo de homologação de novos candidatos. A demora no retorno dos nomes homologados, igualmente, impediu a emissão dos contratos de concessão do crédito.

No segmento do ordenamento da estrutura fundiária, a SR(02) consolidou o Convênio com o Governo do Estado do Ceará, com resultados extremamente satisfatórios na regularização fundiária de imóveis e a viabilização de um servidor antropólogo para o quadro da SR(02), proporcionando a consecução de 03 relatórios

As ações de Retomada de Terras Públicas e Ações Preparatórias para a Destinação de Terras Públicas não são trabalhadas na SR(02), pois inexistem terras públicas localizadas no Estado do Ceará. As ações Consolidação e Emancipação de Assentamentos de Reforma Agrária, Sistema de Cadastro Rural e Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos e Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social não foram executadas no âmbito desta Superintendência em 2009.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Em relação ao Programa 1336 - Regularização Fundiária em Territórios Quilombolas, para enfrentar os desafios operacionais a SR(02)/F estruturou uma equipe multidisciplinar, que trabalha em tempo integral em pesquisas de campo de Territórios Quilombolas. Obteve-se importante aporte com a remoção de um antropólogo, que veio de Rondônia e hoje compõe essa equipe.

Esse esforço e o envolvimento da equipe possibilitaram apresentar no final do exercício, três Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID referentes a quatro comunidades Quilombolas, ou seja, praticamente a meta que era de cinco Comunidades Quilombolas.

O Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária, Georreferenciamento dos Imóveis Rurais e Regularização Fundiária compreende três grandes ações: Gerenciamento e Fiscalização Cadastral - 2105, Georreferenciamento de Imóveis Rurais - 4426 e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais - 2110.

A ação 2105 é desenvolvida com técnicos da Divisão, da Sala da Cidadania da SR(02), da Unidade Municipal de Cadastro - UMC e técnicos do Governo do Estado que trabalham no convênio celebrado entre o INCRA e o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE.

ção de Ordenamento identificou a existência, no Ceará, pequenas áreas em nome de posseiros, cuja competência para titular é do Governo do Estado. Com base nesta realidade, a SR(02) solicitou ao IDACE, uma proposta de Regularização Fundiária dessas áreas, considerando a carga em Banco de Dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.

Os resultados dessa parceria proporcionaram a execução de forma objetiva das três grandes ações do Programa 0138, onde se gerencia, georreferencia e regulariza os imóveis rurais do Estado do Ceará mediante varredura municipal, o que permitirá ao final desses trabalhos, além da atualização do cadastro do INCRA (gráfico e literal) apresentar um diagnóstico da situação fundiária do Estado do Ceará.

Foi essa a estratégia que possibilitou titular mais de 22.000 posseiros e Georreferenciar mais de 30.000 imóveis rurais no ano de 2009.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Na perspectiva de atingir a eficiência, eficácia e efetividade de suas ações a Divisão de Obtenção de Terras da SR(02) definiu as seguintes estratégias fundamentais:

- a) Adoção de parcerias com outras instituições afins e articulação interna, envolvendo outras divisões da Superintendência para vistoriar áreas com demandas qualificadas, sejam elas apresentadas pelos movimentos sociais e/ou identificadas pelo INCRA através da ação de regularização fundiária;
- b) Capacitação dos Peritos Federais Agrários na perspectiva de ampliar e melhorar o conhecimento de forma a qualificar os Laudos Agrônômicos de Fiscalização e Avaliações dos Imóveis Rurais;
- c) Permanente articulação com a Superintendência do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE, para garantir respostas mais rápidas às solicitações das Licenças Ambientais.

No entanto, ainda permanecem dificuldades (ameaças) internas e externas que impactaram negativamente no resultado das metas, com destaque:

- a) Demora na publicação dos decretos que declaram os imóveis de interesse para a Reforma Agrária;

ção dos recursos financeiros para pagamento dos
desapropriação em 2009;

c) Lentidão na expedição das Licenças Prévias - LP e Licenças de Instalação e Operação - LIO pela SEMACE, o que impossibilitou a criação dos projetos de assentamento, mesmo aqueles já imitados em posse;

d) Resistência de alguns proprietários em assinarem as notificações de vistoria o que obrigou, nesses casos, a utilização do recurso do Edital de Notificação, previsto na Norma de Execução/INCRA/DT/Nº 83, implicando em atraso no andamento do processo e elevação dos custos;

e) Inviabilidade nos trabalhos de vistoria dos imóveis rurais por um período de 40 dias em virtude da não liberação de recursos financeiros para custeio das viagens.

Considerando os aspectos acima levantados a Superintendência do Ceará atingiu 60,8% da meta referente ao assentamento de famílias. Entretanto, os treze processos concluídos que se encontram em Brasília, bem como mais dois, prontos para decreto, garantiriam o cumprimento da meta estabelecida (1.000 famílias).

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

A definição de uma nova estrutura organizacional foi um dos passos para a adequação da Instituição e da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento à realidade do desenvolvimento territorial. O aprimoramento da gestão pública, considerando os requisitos da gestão e do controle social das políticas públicas, exige um modelo de gestão da estratégia institucional, de forma integrada com a gestão do desempenho, este representando os resultados produzidos pela instituição aos cidadãos e à sociedade.

Na adoção da metodologia de planejamento operacional denominada Órdoes de gestãoô trabalhou-se com o modelo de gestão da estratégia e do desempenho, elaborado pela empresa de consultoria Business & Finance Advisor - BFA.

Este modelo integrado representa bem a qualificação da gestão pública que pode ser efetivada na SR(02), bem como a utilização da ferramenta metodológica supracitada nas suas diversas formas e momentos.

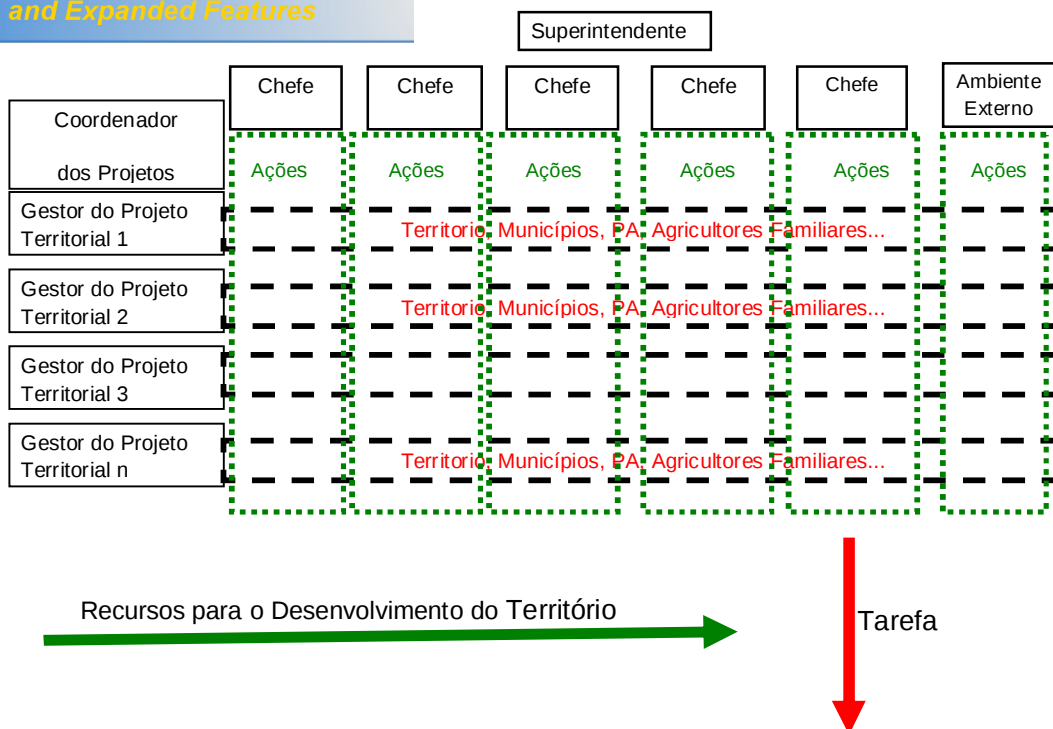
o de elaboração de um diagnóstico organizacional, estrutura regimentalmente definida nacionalmente em 2006 e da estrutura de gestão operacional historicamente construída pelos gestores e servidores. Outro item trata da estrutura gerencial do trabalho a partir da matriz de programas e ações da Programação Operacional de 2009.

Em seguida foram identificadas as relações entre estas duas estruturas. O diagnóstico se completou com a identificação das atuais instâncias de coordenação do processo de gestão.

Após o estudo dos modelos e da análise da evolução da estrutura organizacional e de gestão operacional da SR(02), procurou-se identificar a estrutura gerencial de trabalho que foi concretamente desenvolvido em 2009.

Com este diagnóstico mais aprimorado, com a experiência vivenciada no segundo semestre de 2008 e com as reflexões empreendidas no final da primeira fase do Projeto de Integração e Territorialização das Ações da Superintendência, foi possível elaborar as proposições da Nova Estrutura de Gestão Operacional.

Neste sentido foi elaborada a proposta conceitual da estrutura de gestão operacional, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2009. Esta proposta pode ser visualizada na figura apresentada a



No âmbito da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, a principal medida adotada foi a reestruturação das Equipes de Articulação Territorial, dotando-as de uma coordenação e de uma secretaria-executiva, como também novas ferramentas de planejamento e autonomia em termos de transporte e diárias.

Outra medida importante foi a definição de etapas de operacionalização das ações de crédito instalação, meio ambiente, acompanhamento de conflitos e identificação das competências dentro da Instituição e das equipes de ATES, como forma de melhorar execução dessas ações e integrar as equipes de ATES nas ações do INCRA.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

O maior desafio da Divisão de Gestão Administrativa em 2009, envolveu a continuidade dos serviços da Superintendência Regional, após os cortes definidos pelo Decreto n.º 6.808, de 17/03/2009, que reduziu em 64% a meta inicial da PO 2009.

A estratégia utilizada contemplou um efetivo controle e redução dos gastos, notadamente nas áreas de telefonia e energia elétrica. Ao longo do ano, houve a

os nos limites suficientes para a manutenção dos

A Divisão contribuiu, ainda, no controle da concessão de diárias e uso das viaturas, para permitir a maximização do uso desses recursos. O sistema de programação de diárias proporcionou visualizar antecipadamente a programação semanal de viagens e priorizar aquelas mais importantes, bem como, outras que pudessem ser realizadas de forma integrada entre as divisões.

Outro aspecto importante para assegurar a qualidade dos serviços na SR(02) relaciona-se com as condições das instalações físicas. Embora não tenha sido possível a viabilização de recursos para a reforma total do prédio, construído no início da década de 1970, conquistou-se recursos para iniciar os trabalhos, a partir da reforma da cobertura do referido prédio.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 - Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Nilton Bezerra Guedes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: - Raimundo Cruz Pinto, chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada ã Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 ã Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

, selecionar, legitimizar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Assentada (un.)	1.000*	608	192	60,80

Fonte: SIPRA

*As metas previstas para 2009 foram ajustadas em Brasília de 1000 famílias para 800 famílias. Desta forma, a porcentagem da **meta realizada real** é de 76%. Portanto, na tabela acima descrita os valores utilizados foram os valores do DECRETO 6.808 de 27/03/2009 (Caderno de Metas 2009).

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
40.000,00	65.309,67	64.693,20	99,06	60.424,32	92,52	60.424,32	92,52

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIR

Resultados Alcançados:

A equipe de Cadastro e Seleção, vinculada à Divisão de Obtenção de Terras da Superintendência Regional, é responsável pelo processo de cadastro e seleção nos novos projetos de assentamento, pela revisão de processos administrativos para emissão

em 2009, não CCU, além do saneamento das inconsistências na execução do Programa de Reforma Agrária, conforme a Norma de Execução/INCRA/DT/nº 70 de 12/05/2008, com alterações na Norma de Execução nº 89 e 90 de 21/01/2010.

Dos procedimentos supracitados, apenas os de cadastro e seleção e os referentes ao atendimento da NE 70 e NE 89 e 90, foram ações que demandaram recursos para pagamentos das despesas com viagens de servidores públicos para execução das ações.

Em 2009, a Divisão de Obtenção de Terras executou ações de cadastro e seleção de famílias para a inclusão em projetos de assentamentos, como também em reservas extrativistas criadas pelo Instituto Chico Mendes - ICMBIO e reconhecidas pelo INCRA.

Além das 608 famílias homologadas, foram cadastradas mais 306 famílias a serem assentadas nos imóveis ainda não imitados na posse, devendo este saldo ficar disponível para o cumprimento das metas de 2010.

Problemas:

Para a consecução da ação de cadastro e seleção foram identificadas algumas dificuldades:

- a) O não comparecimento das famílias e a não apresentação dos documentos necessários para o cadastramento;
- b) Conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais sem terra nos imóveis, em processo de desapropriação;
- c) Dificuldades financeiras apresentadas pelos candidatos ao Programa de Reforma Agrária para providenciar tanto a documentação como cópia da mesma;
- d) A equipe de Cadastro e Seleção trabalhou também na notificação de beneficiários que apresentavam problemas de inelegibilidade nos requisitos para participação no Programa Nacional de Reforma Agrária, seguindo a Norma de Execução/INCRA/DT/nº 70 de 12/05/2008, com alterações na Norma de Execução nº 89 e 90 de 21/01/2010.

Foram notificadas 97 famílias, em campo, em diferentes assentamentos e municípios do Estado do Ceará, sendo que, quatro beneficiários não foram encontrados na área de assentamento.

Entre as dificuldades encontradas para a execução dessa ação pode-se enumerar:

- a) Grande número de assentamentos visitados;
- b) Limitações administrativas de caráter operacional, sobretudo, quanto ao aspecto do seu contingente de pessoal já praticamente insuficiente

grande e crescente volume de ações a serem

2.3.1.2 Ação 8387 ã Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área vistoriada (ha)	91.700	84.058,0585	7.642	91,66

Fonte: Divisão de Obtenção SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
242.000	519.141,87	516.667,59	99,52	504.078,86	97,1	504.078,86	97,10

Fonte: Divisão de Obtenção SR(02)/CE

Resultados Alcançados.

A Superintendência Regional atingiu 91,66% da meta prevista na Programação Operacional - PO 2009, gerando um estoque de terras suficientes para assentar 887 famílias em 2010.

Problemas:

Não foi possível alcançar a meta devido aos seguintes aspectos:

- a) Imóveis registrados com áreas maiores do que a efetivamente encontrada em campo;
- b) Área notificada onde o proprietário impediu a realização da vistoria. A Divisão de Obtenção entrou com pedido junto a Procuradoria, solicitando autorização judicial para viabilizar a vistoria conforme planejado (aguarda-se a manifestação do Juiz em relação ao pedido).

A diferença entre a meta física (91,66) e a execução financeiro-orçamentária (97,1), se deve ao fato dos recursos da ação atenderem tanto os trabalhos de campo referentes ao rito do processo de desapropriação, quanto a qualificação de demandas, aos levantamentos cartoriais anteriores a abertura dos processos, a solicitações de anuências as prefeituras e, ainda, gastos em perícias judiciais e imissão na posse dos imóveis.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/2006.

os e diagnósticos voltados para o licenciamento
mento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental
prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de
taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos
ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Licença protocolada	53	85	--	160,37

Fonte: Divisão de Obtenção SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
213.100,00	151.983,47	151.731,58	99,830	130.554,30	85,9	130.554,30	85,90

Fonte: Divisão de Obtenção SR(02)/CE

Resultados Alcançados:

A Superintendência Regional procura dar tratamento adequado à temática ambiental nos Projetos de Assentamento. Isto exige a adoção de novas práticas e condutas visando à correção de problemas e a utilização sustentada de recursos existentes, com o intuito de preparar os assentamentos para obtenção da licença e os assentados para mantê-la. Esta ação ocorre desde 1994, quando os assentamentos

o licenciamento, onde se iniciou a seleção de glebas para a elaboração de planos de manejo florestal.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Serviço de Meio Ambiente-SMA da SR(02), tanto do ponto de vista administrativo como operacional, foram focados na ação de licenciamento ambiental dos assentamentos. O SMA desta Superintendência compreende que o licenciamento/regularização ambiental dos assentamentos não deve ser destinado apenas ao cumprimento formal do ato administrativo estabelecido entre o INCRA e o Órgão Ambiental, mas deve abranger a melhoria das condições ambientais do local aonde as pessoas vivem no Projeto de Assentamento (conservação da paisagem, qualidade da água, arborização, destinação correta dos resíduos, etc.), a geração de renda através da exploração econômica das possibilidades advindas da conservação ambiental (planos de manejo florestal sustentado, o extrativismo vegetal, o artesanato, o ecoturismo) e a educação ambiental. Neste sentido, diversas ações e esforços foram empreendidos no sentido de não somente cumprir as metas estabelecidas de licenciamento ambiental.

Em relação ao cumprimento das metas físicas estabelecidas no Plano de Ação Ambiental 2008/2013 para a Ação de Licenciamento Ambiental para Projetos de Assentamento de Reforma Agrária foram protocoladas, no ano de 2009, um total de 85 solicitações para obtenção de licenças ambientais, para os imóveis rurais em obtenção e projeto de assentamento, cujo valor supera em 60,37% a meta, que foi de 53 licenças ambientais. Este número resultou da repactuação da meta, a partir da redução dos recursos estabelecido pelo Decreto nº 6.808 de março de 2009.

Das oitenta LIO protocoladas em 2009, vinte e três referem-se à obtenção de LIO para novos assentamentos criados em 2008 e em 2009, e 57 para regularização ambiental dos assentamentos já instalados e em operação. Até o dia 31/12/2009, do total de LIO requeridas, foram expedidas vinte, com validade de apenas dois anos.

No tocante a Licença Prévia (LP), para os imóveis em obtenção, foram protocoladas cinco solicitações, tendo sido expedidas, até o dia 31/12/2009, três com validade de um ano.

No que diz respeito ao Acórdão TCU nº 1.684/2008, e no cumprimento deste, esta Superintendência absteve-se de criar assentamentos novos sem a obtenção de Licença Prévia e somente aplicou créditos e recursos de infra-estrutura nesses assentamentos, após a liberação da Licença de Instalação e Operação pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente.

as metas físicas para a jurisdição da Superintendência Regional, a Superintendência protocolou 79 licenças ambientais (73 LIO e cinco LP), com o recurso da ação de licenciamento destinado à SR(02), cumprindo em 175% a meta, que era de 45 licenças, e protocolou oito LIO, com o recurso direcionado aos Territórios da Cidadania, cumprindo em 100% a meta estabelecida.

Como instrumentos para o licenciamento a SEMACE tem aceitado o Plano de Desenvolvimento do Assentamento ã PDA e o Plano de Recuperação do Assentamento ã PRA, para a LIO, e o Laudo Agrônomo de Fiscalização - LAF, para a LP, sendo que em muitos casos exige relatórios com informações complementares, relatórios esses que deverão ser apresentados pela Superintendência Regional no ato da solicitação de renovação das licenças.

Os valores gastos com o licenciamento ambiental cobriram despesas com pagamento de taxas relativas à expedição de licenças ambientais, custo com publicação, despesas com deslocamento de viatura e diária de técnicos, quando necessário, aos imóveis rurais e projetos de assentamento que foram preparados para o licenciamento ambiental.

Do valor total provisionado de R\$ 151.983,47 (R\$ 136.456,67 para a jurisdição da SR(02) e R\$ 15.526,80 para TC) e do total empenhado de R\$ 151.731,58 (R\$ 136.204,78 para a jurisdição da SR(02) e R\$ 15.526,80 para TC), gastou-se um total R\$ 130.554,30 (R\$ 117.768,24 para SR e R\$ 12.786,06 para TC) com o licenciamento ambiental, ficando o custo médio por licença ambiental (LP e LIO) de R\$1.536,00.

Além disso, visando reduzir os custos de publicação, os vários requerimentos de LIO ou de LP, bem como os recebimentos das licenças ambientais expedidas pelo órgão ambiental, na maioria das vezes não são publicados individualmente, mas reunidos, sempre que possível, em uma só publicação, seja para LIO, seja para LP.

Tudo isso demonstra o empenho feito por esta Superintendência Regional para utilizar de forma racional o recurso financeiro em questão, e o esforço em reduzir o custo do licenciamento ambiental para a conquista das metas. Vale salientar que a SEMACE segue a Resolução nº 08/2004 do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA, que é mais restritiva em relação aos prazos de validade de LP e LIO se

os, para essas licenças, na Resolução do CONAMA nº

Apesar da Resolução COEMA nº 08/2004 estabelecer uma validade de até três anos para as LIO, e dos esforços empreendidos, desde 2008, pela SR(02) em sensibilizar o Órgão Ambiental para que a validade das licenças ambientais fosse a máxima permitida pela legislação ambiental estadual, tendo em vista ao cumprimento de condicionantes, a SEMACE expediu LIO com validade de apenas 1 ano, para as requeridas em 2008. Das 88 LIO requeridas à SEMACE naquele ano, 87 já foram expedidas, sendo que 19 se encontram vencidas desde o final do ano 2009 e que as restantes irão vencer no decorrer do ano de 2010 e, expirou o prazo de 120 dias estabelecido para a solicitação de renovação para todas elas. Apenas uma LIO ainda não foi liberada (PA Amargosa), embora tenha sido solicitada, mais de uma vez, a sua expedição ao Órgão Ambiental. Em meados de 2009, as LIO passaram a ser expedidas com validade de 2 anos, prazo absolutamente insuficiente, como vêm mostrando os resultados obtidos até agora.

Torna-se oportuno relatar que, desde 2008, quando as LIO começaram a ser protocoladas, o INCRA tem procurado, através do Serviço de Meio Ambiente, esclarecer e sensibilizar o Órgão Ambiental Estadual da impossibilidade administrativa e operacional de manter em situação regular os projetos assentamentos, no tocante aos prazos concedidos às LIO expedidas de 2008 e 2009, tendo em vista:

- a) Os prazos são extremamente curtos para o INCRA e assentados cumprirem as condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais;
- b) Número de servidores do Serviço de Meio Ambiente reduzido para cumprir, nesses prazos, as exigências administrativas e operacionais estabelecidas pelo processo de licenciamento ambiental;
- c) Ausência de *software* para controle eficiente do processo de licenciamento ambiental;
- d) Grande quantidade de PA envolvidos a cada ano no processo de licenciamento;
- e) Elevado custo financeiro anual gerado pelos gastos com taxas ambientais e publicação tanto para as novas licenças ambientais, como para a renovação das já expedidas;
- f) Formação de um novo passivo ambiental para o INCRA e para os assentados, causando grande prejuízo para as famílias;
- g) A necessidade de adequação das resoluções do COEMA da legislação ambiental à resolução do CONAMA nº 387/2006.

Além disso, o Serviço de Meio Ambiente tem ampliado a discussão juntamente a novos parceiros da sociedade civil organizada e instituições afins de modo

construção, participando e interferindo no tratamento do COEMA e Governo Estadual, bem como reforçando a ação do INCRA. Além disso, a SR(02) procura esclarecer acerca das dificuldades encontradas na questão do licenciamento ambiental, buscando sensibilizar os membros do COEMA da necessidade premente de se colocar a legislação ambiental estadual, pertinente aos assentamentos de Reforma Agrária, em conformidade com Resolução do CONAMA nº 387/2006.

Problemas:

As dificuldades que se apresentam no processo de licenciamento, podem ser descritas considerando os aspectos internos e externos:

Do ponto de vista interno

- a) A Superintendência Regional não é dotada de capacidade operacional que possa atender a demanda do licenciamento.
- b) O Serviço de Meio Ambiente da SR(02) conta com reduzido número de servidores, normalmente sobrecarregados. Problema agravado pela falta de um profissional habilitado na área florestal (Engenheiro Florestal), para dar prosseguimento às ações de desenvolvimento dos Planos de Manejo Florestal implantados pela Superintendência e promover outras ações através da identificação da potencialidade florestal existente nas áreas de assentamento. Diante deste fato torna-se, portanto, imprescindível e urgente a viabilização de um Engenheiro Florestal para esta Superintendência Regional.
- c) O Serviço de Meio Ambiente, não pode e não deve ser instância aglutinadora de todas as questões ambientais existentes nos assentamentos. E neste sentido há uma enorme dificuldade de imprimir a temática ambiental nos seus vários aspectos, uma transversalidade que propicie a incorporação das ações em todos os setores por intermédio do seu corpo técnico.
- d) Implantar projetos de recuperação ambiental no semi-árido, com os recursos vinculados ao orçamento geral do INCRA, tem sido tarefa das mais difíceis, se não inviável, pois as exigências legais para aplicação desses recursos tornam o custo dos projetos muito elevado e os resultados nem sempre satisfatórios.

erno

como dificuldade a falta junto ao Órgão Ambiental de um instrumento formal que contemple todos os pontos envolvendo o licenciamento específico dos projetos..

b) Centralização de todas as decisões relacionadas aos projetos de assentamento pela SEMACE, dificultando o atendimento em face do grande volume de demandas apresentadas.

c) Dificuldades em encontrar parceiros qualificados, especialmente para desenvolver ações na área de recuperação do passivo ambiental, além do alto custo proposto pelo serviço.

Sugestões para melhoria na execução da ação;

a) Assegurar a atuação de Procuradores Federais junto ao Serviço de Meio Ambiente das Superintendências, prestando apoio jurídico e advocatício;

b) Estudar alternativas que possibilitem a aplicação dos recursos para implantação dos projetos de recuperação de forma mais simples e direta, através da associação dos assentados;

c) Disponibilizar os meios necessários a Divisão de Desenvolvimento para que possa desempenhar o seu papel nesta Ação, pois é no âmbito de suas competências que se enquadra grande parte do que precisa ser executado;

d) Dotar o Setor de Cartografia de recursos tecnológicos e humanos para ampliar o atendimento às demandas geradas pela Ação;

e) Encontrar mecanismos que possam contribuir para construção de instrumentos que formalizem as decisões e procedimentos com o Órgão Ambiental Estadual;

f) Avançar nos encaminhamentos e articulações em torno da elaboração do Projeto de Lei a ser proposto ao governador do Estado, estabelecendo o tratamento diferenciado no licenciamento ambiental dos aos Projetos de Assentamento Federais e Projetos Estaduais;

g) Capacitar/orientar os gestores e servidores da SR(02) para exercitar a prática da transversalidade em suas ações.

h)

Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área obtida (ha)	14.952	4.807,5	10.209	32,15

Fonte: Divisão de Obtenção SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.870.115	864.508,01	864.508,01	100	803.062,31	92,89	803.062,31	92,89

Fonte: Divisão de Obtenção SR(02)/CE/SIAFI

Resultados Alcançados:

A Superintendência Regional, através da sua Divisão de Obtenção de Terras encaminhou a Brasília em 2009, a avaliação de treze imóveis rurais correspondentes a 21.293,00ha. Tendo em vista problemas orçamentários, o pagamento desses imóveis não foi liberado e, portanto, o processo de obtenção não foi concluído, o que impactou fortemente no resultado da meta, tendo em vista que a aquisição do imóvel só se conclui com o pagamento e a conseqüente imissão na posse.

Além do aspecto acima levantado, também contribuíram para a lentidão na conclusão dos processos de obtenção, o atraso na publicação dos decretos que declaram

para Reforma Agrária, a demora nas respostas às
IAI, IBAMA, DNOCS, FUNDAÇÃO PALMARES,
MDA, etc.), conforme determinação da NOTA TÉCNICA/CGAPJP/CONJUR/MDA/nº
15/2006, de 30/06/2006.

O valor pago em 2009, constante da tabela acima, foi referente a quatro
imóveis, dos quais, dois foram imitados em posse em dezembro de 2009 e dois em
janeiro de 2010. Os sete Projetos de Assentamentos criados em 2009 foram pagos com
recursos do exercício de 2008, não onerando o orçamento de 2009, beneficiando
(assentando) 116 famílias.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando
as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio
programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo;
manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União;
manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados,
utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo
o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com
viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas
de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou
dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão,
formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para
divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-
meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: Divisão de Obtenção SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.473	23.767,41	23.767,41	100	23.712,05	99,76	23.712,05	99,76

Fonte: Divisão de Obtenção SR(02)/CE

Os recursos da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram utilizados para o levantamento, em campo, da situação cadastral dos imóveis objeto de levantamento de dados, atividade essa complementada com os recursos da Ação de Vistoria e Avaliação.

2.3.2 Programa 0137 ã Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eduardo Martins Barbosa

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

os projetos de assentamento rural de infra-estrutura do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	un	1.368	1.836*	4.145	134,00

Fonte: ENGENHARIA INCRA/CE

*Famílias atendidas com infra-estrutura contratada com recursos das PO 2007/2008, cujas obras foram recebidas em 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
7.523.452	11.275.685,50	11.275.685,50	98,87	11.275.685,50	100	6.315.976,50	56,01

Fonte: ENGENHARIA INCRA/CE/SIAFI

Resultados Alcançados:

Na Ação 8396 foi efetivamente comprometido o montante de R\$ 11.275.685,50 beneficiando 4.145 famílias. As obras empenhadas com recursos da PO de 2009, encontram-se em fase de execução, estando algumas delas já concluídas. As concluídas, e ainda não recebidas, deve-se ao fato do excesso de trabalho da equipe engenharia, com um quadro de engenheiros civis insuficiente para o acompanhamento do elevado número de obras, bem como, a elaboração de projetos básicos, análise de projetos apresentados pelas prefeituras. Até o final de 2009 foram pagos R\$ 6.315.976,50, beneficiando um contingente de 2.333 famílias. Existe também o grupo

empenhadas em 2007 e 2008 e concluídas em 2009, beneficiando 1.836 famílias.

As ações firmadas com prefeituras municipais, envolvem projetos para a construção de 55 obras. Os recursos investidos correspondem a 149,9% do total previsto para a PO 2009. Observa-se que em termos percentuais, beneficiou-se 134% das famílias. Contudo, ressalta-se que 4.145 famílias estão atualmente sendo beneficiadas com obras em plena execução, a serem concluídas durante o exercício de 2010, mostrando assim desempenho satisfatório na utilização dos recursos aplicados. A meta financeira prevista nesta ação foi comprometida em sua totalidade, faltando somente a finalização das obras conveniadas, que deverão ser concluídas e recebidas em 2010.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família	7.392	310	6.856	4,19

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Ordenamento SR(02)/CE

Ações realizadas pela UJ

Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
960.850,00	527.180,47	527.180,47	100	170.126,41	32,27	170.126,41	32,27

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Ordenamento SR(02)/CE

Execução Física das ações realizadas pela UJ ã Exercício 2008 / Executado 2009

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2008 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família	2.024	2.001	23	98,86

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Ordenamento SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ-Exercício 2008/Exec 2009

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
204.017,00	148.957,00	148.957,00	100	148.957,00	100	148.957,00	100

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Ordenamento SR(02)/CE/SIAFI

Resultados Alcançados:

Para o exercício 2009, programou-se a execução do georreferenciamento/ demarcação topográfica dos perímetros de 17 PA com 536 famílias por execução via direta (pelos servidores do INCRA) com recursos empenhados de R\$ 97.197,05. Destes, executou-se o trabalho em cinco projetos, com 310 famílias, por determinação judicial e decisão administrativa, e 102 projetos dos Territórios da Cidadania denominados Sertões de Canindé e Sertões dos Inhamuns/Crateús com 6.856 famílias por execução via indireta (contratação de empresa), licitados em novembro/2009 na modalidade Tomada de Preço. Foram empenhados R\$ 429.983,42, possibilitando iniciar os trabalhos de georreferenciamento em dezembro/2009, com prazo de execução de quatro

mesmos dar-se-á no exercício 2010. Deste total de não por via indireta, foram faturados R\$ 72.929,36 no exercício 2009 e os recursos não utilizados na execução direta, foram utilizados para a fiscalização e acompanhamento dos trabalhos licitados e outros relacionados à Justiça Federal, considerando que a meta orçamentária de R\$ 960.850,00 não foi totalmente contemplada, ou seja, a provisão recebida e empenhada de R\$ 527.180,47, corresponde a 54,87% da meta orçamentária.

A prioridade aos levantamentos topográficos de imóveis rurais com fins de obtenção para incorporação ao Programa de Reforma Agrária e vistorias preliminares de imóveis rurais ocupou significativo tempo de trabalho da equipe de técnicos de campo, comprometendo a execução do georreferenciamento dos outros 12 projetos programados. Contudo, esse trabalho foi contemplado no Convênio INCRA/IDACE, que propõe o georreferenciamento de todos os imóveis rurais na maioria dos municípios do Estado do Ceará.

Além dos referidos projetos de assentamento, foram desenvolvidos os trabalhos de georreferenciamento de 36 projetos, com 2.024 famílias, relativas ao exercício 2008, que foram licitados na modalidade Carta Convite no final de 2009, em face da liberação dos recursos programados de R\$ 148.957,00 ter ocorrido somente no segundo semestre daquele exercício. Foram executados 35 projetos, com 2.001 famílias, e um projeto com 23 famílias se encontra em execução.

Os trabalhos técnicos transcorreram normalmente, porém, em razão do período prolongado de chuvas que prejudicou o desenvolvimento normal dos trabalhos de campo, houve a necessidade de um Termo Aditivo de Prazo, devidamente justificado pela empresa contratada e pela Comissão de Fiscalização dos Trabalhos Topográficos.

Vale salientar que no Estado do Ceará, a maioria dos projetos de assentamento não são parcelados. Portanto, o georreferenciamento é executado somente no perímetro dos mesmos, conseqüentemente a meta em número de famílias é superior as 1.838 estimadas no Caderno de Metas, que utiliza os recursos financeiros provisionados como base.

nto à Agroindustrialização e à Comercialização ã

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	3	Família Beneficiada (un)	-	-	70	-

Fonte: Divisão de Desenvolvimento/Equipe Terra Sol/SR(02)/CE

Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	156.506,78	156.506,78	100	-	-	-	-

Fonte: Divisão de Desenvolvimento/Equipe Terra Sol/SR(02)/CE

Resultados Alcançados:

A Superintendência Regional empenhou todo o recurso disponibilizado em 2009, para ser aplicado em 2010, mediante projeto que será desenvolvido por transferência voluntária, realizada com a Prefeitura de Ocara, através de convênio, no montante de R\$ 156.508,78, principalmente, pela carência que a SR(02), tem com relação a pessoal para a execução direta e acompanhamento a obras e serviços de infraestrutura.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Documento de Titulação Expedido (un)	0	0	0	-

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Desenvolvimento SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	32.161,30	32.161,30	100	25.485,82	79,24	25.485,82	79,24

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Desenvolvimento SR(02)/CE/SIAFI

Resultados Alcançados:

A meta prevista na Lei Orçamentária Anual ã LOA/2009 era de 1.000 documentos de titulação. O recurso orçamentário era de R\$ 38.000,00. No entanto, com o Decreto n.º 6.808, de 17/03/2009, a meta e o recurso orçado foram cancelados. Assim sendo, a SR(02) não concedeu nenhum Título Definitivo ã TD em 2009.

Os recursos financeiros disponibilizados foram utilizados para viabilizar a celebração de 925 Contratos de Concessão de Uso ã CCU.

O contrato de Concessão de Uso é o instrumento jurídico que garante aos beneficiários o direito ao acesso a terra e a outros benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária. Estabelece os direitos e deveres das partes contratadas (INCRA e assentado). A formalização da relação entre a Instituição e o agricultor beneficiário tem contribuído para o entendimento do assentado sobre os seus direitos e deveres em contraposição a situação anterior em que ficava difusa a relação com o INCRA.

Problemas:

a) Processos Administrativos do Beneficiário ã a emissão de contratos de concessão de uso foi dificultada pela precariedade da instrução dos processos administrativos e da alimentação das informações no Módulo Beneficiário e Projeto do SIPRA. Embora a SR(02) esteja redefinindo as rotinas

estalecendo a organização da Ação de Cadastro e ganhou um ritmo ágil de trabalho. Esse quadro repercute diretamente sobre a atividade de emissão de CCU que se torna morosa, pois, a recomposição dos processos individuais exige tempo e a liberação dos nomes dos beneficiários com a documentação completa é realizada por etapas, muitas vezes por unidade familiar.

b) O número de servidores não é adequado para assegurar resolver as pendências relacionadas à documentação dos beneficiários e à alimentação de dados.

c) Manual de Operação ã a ação não tem um manual de operação. A maioria das questões é tratada com a equipe da Divisão de Consolidação por email ou telefone. O manual é indispensável para orientar e dar uniformidade aos processos de trabalho.

2.3.2.5 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de Reserva Legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Unidade familiar de produção atendida (un)	270	0	286	0

Fonte: Caderno de Metas 2009 ã Siconv (Convênio Incra/Esplar)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
269.577,00	388.614,24	388.614,24	100	24.910,48	0,06	24.910,48	0,06

Fonte: Relatório de Execução Financeira Global/Caderno de metas

Resultados Alcançados:

Nas fontes 100 e 176, considerando Territórios da Cidadania, foi provisionado e empenhado um total de recurso de R\$ 374.958,60. Desse valor, R\$11.254,84 foi liquidado com pagamento de diárias, compra de combustível e locação de veículos.

O restante do recurso, no valor de R\$363.703,76 ficou em restos a pagar para ser repassado ao convênio 726861/2009 - firmado entre INCRA e Centro de Pesquisa e Assessoria - Esplar, publicado no DOU em 14 de janeiro de 2009 - para a execução de serviços de recuperação ambiental em seis projetos de assentamento do Incra. Conforme tabela abaixo:



CONTÁBIL DA AÇÃO 2B06 - REFERENTE A MANEJO DE
PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA -
TERRITÓRIO DA CIDADANIA

T/C	Fonte	E. D	Provisionado	Empenhado	Gasto	Disponível
C	100	33903000	50,00	50,00	Gasto no E.D 33903001 com compra de combustível	0
C	100	33903300	6.419,00	6.419,00	Gasto no E.D 33903303 com locação de veículo.	0
C	100	44504100	47.530,00	47.530,00	Restos a pagar para repasse ao convênio.	0
C	176	33504100	316.173,76		316.173,76	0
Plano Interno			374.958,60	374.958,60	11.254,84	0

Fonte: SIAFI

Os projetos de assentamento contemplados no convênio foram: Ipiranga, Jacurutu, Lagoa Verde, Suíça, Alegres e Transval/Pau-De-Leite, todos localizados no município de Canindé-Ce, que irá atender a 286 famílias assentadas .

Na fonte 176, fora do Território da Cidadania, foi provisionado e empenhado um total de recurso de R\$ 13.655,64, gasto em seu total com diárias, compra de combustível, locação de veículos e pagamento de taxa de licenciamento ambiental. Conforme tabela abaixo:

CONTÁBIL DA AÇÃO 2B06 - REFERENTE A MANEJO DE
RECURSOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA - FORA
DO TERRITÓRIO

T/C	Fonte	E.D	Provisionado	Empenhado	Gasto	Disponível
T	176	33901400	9.537,00	9.537,00	Gasto no E.D 33901414 com pagamento de diárias	0
T	176	33903000	384,64	384,64	Gasto no E.D 33903001 com compra de combustível	0
T	176	33903300	3.234,00	3.234,00	Gasto no E.D 33903303 com locação de veículo.	0
T	176	33904700	500,00	500,00	Gasto no E.D 33904710 com Pagamento de taxa (licenciamento ambiental)	0
Plano Interno			13.655,64	13.655,64	13.655,64	0

Fonte: SIAFI

Durante o ano de 2009, a equipe responsável pelo setor de meio ambiente, empenhou-se em desenvolver duas atividades referentes a manejo de recursos naturais em projeto de assentamento: a primeira foi o desenvolvimento de um projeto piloto para recuperação de áreas de Preservação Permanente, com objetivo de investigar o problema, conhecer a extensão do mesmo, sua complexidade e natureza . A segunda, foi a construção de metodologia (do ponto de vista técnico e pedagógico) na tentativa de abarcar ou dar conta dos possíveis problemas detectados.

Feito isso, foram definidos parâmetros técnicos, metodológicos e de custos, na tentativa de se ter mais segurança técnica acerca da proposta de recuperação dessas áreas, garantia de uma maior participação das famílias assentadas, de racionalização na utilização do recurso e um maior ganho ambiental.

O projeto piloto foi realizado em seis projetos de assentamento do INCRA, localizados no município de Canindé. São eles: Ipiranga, Jacurutu, Lagoa Verde, Suiça, Alegres e Transval/Pau-De-Leite.

O projeto piloto tem como objetivo principal buscar uma maior fundamentação para o planejamento acerca de recuperação de áreas degradadas em projetos de assentamento de Reforma Agrária no Estado do Ceará, com base nos parâmetros técnicos e metodológicos definidos.

idade de recuperação de área degradadas (APP), nos
o, foi firmado convênio com o Centro de Pesquisa e
Dou em 14 de janeiro de 2010.

Problemas:

No processo de construção do projeto, a equipe deparou-se com alguns entraves, *barradores* do processo, como, escassez de servidor, burocracia do órgão ambiental, resposta tardias referente ao destino/uso do recurso, dentre outros.

2.3.2.6 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Família atendida	2.652	3.733	3.816	141,00

Fonte: Caderno de Metas/SIAFI/DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SR/02

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
29.963.321,00	22.791.500,00	22.791.500,00	100	10.105.300,00	44,00	10.105.300,00	44,00

Fonte: SIAFI/DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SR/02

O total de recursos orçamentários aprovados para a execução dessa ação na PO 2009 foi da ordem de R\$ 29.963.321,00, visando beneficiar 2.652 famílias.

Destas famílias a serem contempladas com a concessão de crédito instalação no exercício de 2009, duzentas famílias seriam de beneficiários de assentamentos novos criados ao final de 2008. Outras 691 famílias a serem assentadas em projetos com previsão de criação em 2009 e, ainda, 1.761 famílias em projetos criados em anos anteriores a serem beneficiadas com créditos nas modalidades Fomento, Adicional do Fomento, Apoio Mulher, Recuperação/Materiais de Construção, bem como a concessão de crédito Apoio Inicial aos beneficiários assentados que substituíram os desistentes.

Do total de recursos orçamentários aprovados para a execução dessa ação foram provisionados e empenhados R\$ 22.791.500,00 a fim de beneficiar 3.733 famílias.

Chegou-se a 141% da meta física prevista, como decorrência da elevação do valor dos créditos instalação nas modalidades Apoio Inicial e Fomento, cujo valor foi alterado de R\$ 2.400,00 para R\$ 3.200,00, Semi-Árido de R\$ 1.500,00 para R\$ 2.000,00 e Aquisição de Materiais de Construção de R\$ 7.000,00 para R\$ 15.000,00. Em virtude destas alterações, foram beneficiadas as famílias atendidas no ano anterior que tiveram direito à complementação até o novo valor adotado. Também foram beneficiadas com a complementação as famílias cujos recursos da modalidade Aquisição de Materiais de Construção depositados nas contas correntes a partir de 01/01/2006, mesmo que as obras já tivessem sido iniciadas.

O comprometimento da meta orçamentária deveu-se ao fato de que 388 famílias não foram cadastradas em projetos de assentamentos cuja criação estava prevista para o ano de 2009 e, portanto, esperava-se conceder empenho de crédito instalação às famílias assentadas nestes projetos, o que não foi possível. Outras 331 famílias foram assentadas, porém não sendo possível a concessão devido ao não atendimento dos pré-requisitos exigidos pela Norma de Execução/INCRA n.º 86/2009 do Crédito Instalação.

Portanto, 719 famílias deixaram de ser atendidas pelos motivos descritos acima. Somente foram concedidos créditos instalação a 333 famílias cadastradas em novos assentamentos.

0 famílias atendidas são de assentamentos criados em 2007, devido à complementação de créditos já concedidos cujos valores foram alterados, sendo que esta complementação é de valores inferiores às demais modalidades, impactando pouco no montante empenhado no exercício de 2009.

No exercício de 2009, foram divulgadas as novas modalidades de crédito Adicional do Fomento e Apoio Mulher, criadas ao final do ano de 2008, no valor de R\$ 3.200,00 e R\$ 2.400,00 por família, respectivamente.

A elevação do valor do crédito e a criação das duas novas modalidades propiciaram melhoria nas condições de moradia, segurança alimentar, atividades produtivas e segurança hídrica às famílias atendidas.

Cabe destacar a importância da inserção da modalidade de crédito instalação Apoio Mulher, uma conquista das mulheres assentadas, que está promovendo a inserção e a participação das mulheres beneficiadas na dinâmica produtiva e econômica do projeto de assentamento, bem como contribuindo na superação da desigualdade de gênero no meio rural.

Em 29/06/2009, foi publicada nova Instrução Normativa/INCRA de nº 53 criando a modalidade Crédito Ambiental no valor de R\$ 2.400,00, tendo como finalidade a restauração ambiental da área de reserva legal dos assentamentos. Entretanto, a Norma de Execução/INCRA 84/2009, norma específica da modalidade de Crédito Ambiental, contempla apenas os municípios situados no bioma Amazônia, podendo ser ampliado pelo INCRA a fim de atender a outros biomas.

A execução financeira da PO 2009 foi de R\$ 10.105.300,00, representando 44% do valor total empenhado, beneficiando 1.651 famílias.

Ressalte-se ainda que em 2009 foram repassados para as contas das associações representativas dos beneficiários ou dos representantes legais dos assentados, R\$ 905.300,00 de créditos inscritos em restos a pagar da PO 2007, beneficiando 342 famílias, e R\$ 9.233.300,00 de créditos inscritos em restos a pagar da PO 2008, beneficiando 2.430 famílias.

Portanto, por todo o exercício de 2009 foi repassado para as contas dos Projetos de Assentamento no âmbito da Superintendência Regional, através do Programa Crédito Instalação, o volume total de R\$ 20.243.900,00.

volume de recursos repassados em anos anteriores,

cujo início da aplicação se deu no ano de 2009 ou em 2008 com sua conclusão em 2009, bem como os recursos repassados no exercício de 2009, houve acúmulo de atividades no exercício de 2009, representado no esforço redobrado das Comissões de Crédito, bem como de todo pessoal responsável direta e indiretamente por esta ação, no desempenho de suas atribuições, a saber: a operacionalização, a orientação, o acompanhamento, a fiscalização e o encerramento do processo de crédito instalação com a devida prestação de contas.

Observou-se ainda a dificuldade de que a Superintendência Regional teve em instruir os processos administrativos individuais dos beneficiários com os respectivos Contratos de Concessão de Uso ã CCU, como um dos pré-requisitos para aplicação dos recursos do Crédito Instalação.

Constatou-se a não obtenção da Licença de Instalação e Operação - LIO no prazo previsto, emitida pelo órgão ambiental SEMACE, conforme o que preceitua a legislação estadual, obrigatoriamente nos casos de assentamentos criados a partir de 28/12/2007, licença esta imprescindível para fins de produção agrícola de subsistência e implantação da infra-estrutura mínima, essencial à sobrevivência das famílias assentadas, causando-lhes transtornos tais como o atraso na construção de suas habitações rurais e na instalação de seus projetos produtivos.

Verificou-se a prestação de serviço deficiente pela Instituição Financeira Banco do Brasil S/A, contratada como repassadora dos recursos desta ação. Comunicou-se o fato ao INCRA/SEDE a fim de encaminhar as devidas providências para que se possa dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela SR(02) de forma mais ágil na ação do Programa Crédito Instalação.

Outro problema foi a não obtenção de terras suficiente para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, conforme previsto nas metas de criação de projetos de assentamento no exercício de 2009, a fim de se cumprir a meta de empenho e pagamento de recursos do Crédito Instalação para estas famílias.

Contratações e Parcerias

No exercício de 2009, o INCRA/SEDE manteve contrato com o Banco do Brasil S/A, CRT/DF 88700/2008 de 26/12/2008, a fim de intermediar o repasse de recursos financeiros destinados aos beneficiários do Programa Crédito Instalação nos

ou reconhecidos pelo INCRA, através da Agência de BB/SA e agências do banco de relacionamento dos beneficiários deste programa.

A Superintendência Regional celebrou Termo de Cooperação Técnica, nº 1000/2009, com o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, tendo por objetivo a colaboração e cooperação entre estes órgãos públicos na promoção de ações e atividades voltadas para a operacionalização do Programa de Crédito Instalação nos projetos de assentamento estaduais reconhecidos pelo INCRA.

Visto que a publicação do referido termo somente ocorreu em 23/11/2009, iniciou-se a mobilização junto aos beneficiários e as atualizações cadastrais destes, a fim de que no exercício de 2010 seja implementada a operacionalização do crédito instalação, até seu encerramento com a devida prestação de contas dentro do prazo estabelecido.

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Ações estratégicas: INCRA-SEDE

Vinicius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
375.492,00	875.416,66	862.077,40	98,48	833.432,88	95,20	833.432,88	95,20

Fonte: SIAFI/DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SR(02)/CE

Do total recebido, os recursos foram aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: repasse e acompanhamento do crédito instalação, apoio à organização e gestão dos assentamentos, acompanhamento e fiscalização de obras de infra-estrutura, acompanhamento e fiscalização do crédito produtivo e participação nos fóruns territoriais.

2.3.3 Programa 0138 ã Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Flávio José de Souza, chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

lizados para a avaliação do programa: Taxa de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

estudos no estabelecimento dos índices de rendimento florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	3	Imóvel Gerenciado (un)	6.569	16.445	0	250,34

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Ordenamento SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
59.120,00	234.057,30	228.044,35	97,43	223.164,65	95,34	223.164,65	95,34

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Ordenamento SR(02)/CE/SIAFI

Resultados Alcançados:

A Ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural foi desenvolvida de forma direta, através do gerenciamento dos imóveis rurais junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, realização de treinamentos sobre o novo Manual de Cadastro Rural, tanto para os técnicos lotados na Superintendência Regional (formação de instrutores) quanto para os Chefes das Unidades Municipais de Cadastramento e UMC sediados nas Prefeituras Municipais, supervisão dessas UMC, fornecimento de

uições públicas, e análises e instruções de processos
do Cadastro de Imóveis Rurais, com destaque para:

- a) Análise, digitação e processamento no SNCR/WEB, de 16.445 declarações para Cadastro de Imóveis Rurais, recepcionadas no interior do Estado, pelas Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, e na Sala da Cidadania da Superintendência Regional, cuja meta previa o gerenciamento de 6.569 imóveis rurais;
- b) Realização de treinamento sobre o novo Manual de Cadastro Rural, com duração de 40 (quarenta) horas, para os servidores lotados na Superintendência Regional, formando vinte e um novos instrutores para repasse dessa capacitação aos Chefes das Unidades Municipais de Cadastramento ã UMC;
- c) Realização de sete treinamentos sobre o novo Manual de Cadastro Rural Módulo I - Recepção, com duração de 40 (quarenta) horas, para os chefes de UMC, onde foram capacitados cento e sete servidores públicos municipais, representando diferentes municípios e regiões do Estado, onde foi alcançado em torno de 93,85% do proposto em Projeto de Capacitação encaminhado à Coordenação Nacional de Cadastro Rural ã DFC;
- d) Supervisão das atividades cadastrais desenvolvidas pelas UMC, com visita a vinte municípios, com treinamentos óin locoô a quatro novos chefes de Unidades Municipais de Cadastramento;

Problemas:

- a) A falta de recursos humanos para a conclusão da celebração dos sessenta e nove Termos de Cooperação Técnica ã TCT que ainda necessitam ser renovados com algumas prefeituras municipais;
- b) A não descentralização do Sistema Nacional de Cadastro Rural ã SNCR/WEB, com liberação de senhas, para os chefes das Unidades Municipais de Cadastramento ã UMC;
- c) A não realização de encontros regionais, com a participação dos chefes de UMC e dos Oficiais de Cartórios de Registro de Imóveis, no sentido

izem quanto à legislação vigente na área de Cadastro de documentos necessários às atualizações cadastrais, e evitando possíveis nulidades de registro/matricula pelo descumprimento da legislação;

Diante dos problemas apresentados, apesar de não estarem definidos como metas previstas, destacam-se as providências e medidas saneadoras a seguir:

- a) Recomposição da força de trabalho do INCRA, através de concurso público para o preenchimento das vagas que foram criadas;
- b) Promoção, ainda no primeiro semestre de 2010, da renovação dos sessenta e nove Termos de Cooperação Técnica ã TCT com as prefeituras municipais;
- c) Identificação dos municípios localizados em pólos regionais, com maior número de imóveis cadastrados, que possam dotar a UMC de uma estrutura capaz de realizar trabalhos de análise cadastral, digitação, processamento de documentos de coleta e emissão de CCIR, para os imóveis rurais com área total de até quatro módulos fiscais e descentralização do Sistema Nacional de Cadastro Rural ã SNCR/WEB, com liberação de senhas, para esses chefes de UMC;
- d) Promoção de encontros regionais, com a participação dos chefes de UMC e dos tabeliões de Cartórios de Registro de Imóveis, no sentido de que os mesmos se atualizem quanto à legislação vigente na área de Cadastro Rural, melhorando o fluxo de documentos necessários às atualizações cadastrais, e evitando possíveis nulidades de registro/matricula pelo descumprimento da legislação.

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência

Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de
de Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE -
RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação.
Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as
Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações
georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos.
Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao
Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através
de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS)
e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a
qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa -
Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento
Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edvaldo Gomes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade De Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área Medida e Georreferenciada (ha)	0	21.161	0	0

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Ordenamento SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	3.150.000,00	3.150.000,00	100	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Ordenamento SR(02)/CE/SIAFI

enciamento de imóveis rurais tem como origem o produto dos convênios firmados com o Governo do Estado, tendo como executor o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará ã IDACE.

São dois os convênios firmados com o Governo do Estado, o primeiro de número 32.000/07 que tem como objeto o georreferenciamento de imóveis rurais públicos, privados e outros, nos municípios de Morada Nova, Russas, Abaiara, Milagres Missão Velha, Barbalha, Jardim, Cedro e Iguatu. Esse convênio que deveria ter sido finalizado em dezembro/2009 foi aditado até junho/2010, por conta da inclusão do município de Crato, ou seja, foi acrescido o quantitativo de meta física, permanecendo os valores financeiros.

O valor total desse convênio é de R\$ 4.500.000,00, sendo R\$ 3.000.000,00 do INCRA e R\$ 1.500.000,00 a contrapartida do IDACE, tendo sido acrescido o valor de R\$ 240.492,70 referente a rendimentos.

Esse convênio teve como meta o georreferenciamento de 18.542 imóveis rurais, até dezembro/2009 e apresentou uma execução física de 21.161 imóveis, ou seja, um acréscimo de 2.619 imóveis. Vale destacar que essa diferença a maior ainda crescerá, considerando que esse convênio foi aditado com a inclusão do município de Crato.

Essa superação do objeto conveniado merece explicação: uma das finalidades dos convênios com o IDACE é a atualização do Banco de Dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural ã SNCR/INCRA. As informações que deram origem ao objeto do convênio com o IDACE são do SNCR, informações estas que estão desatualizadas. Os municípios objetos da ação de georreferenciamento passam pelo processo de varredura, no qual se constata uma diferença no número de imóveis rurais que compõem a malha fundiária de tais municípios. Ao longo dos serviços realizados já apareceram diferenças a maior de 50%, 60% e até 70%. O IDACE ao constatar essa realidade passou a contratar as empresas tendo como unidade de pagamento a área do município, garantindo assim que todos os imóveis rurais que compõem a malha fundiária de determinado município fossem objeto da ação de georreferenciamento. Para o alcance desses resultados, foram utilizados R\$ 1.000.000,00 dos recursos empenhados em favor do IDACE em dezembro/2007.

A outra informação dessa ação tem sua origem em outro convênio, de número 30.000/08, este também firmado com o IDACE no final de 2008. Para esse

do Governo Federal de priorizar municípios que
do Governo Federal Territórios da Cidadania.

O Objeto desse convênio passou a ser então 84 municípios distribuídos nos seis Territórios da Cidadania: Vale do Curu Aracatiaçu, Sobral, Sertões de Canindé, Crateús Inhamuns, Cariri e Sertão Central. Nesse convênio deverão ser georreferenciados 108.675 imóveis rurais.

O valor desse convênio é de R\$ 40.000.000,00 sendo R\$ 20.000.000,00 do INCRA e R\$ 20.000.000,00 a contrapartida do Governo do Estado/IDACE, com validade dentro do PPA, isto é, até o final de 2010. Desse total foram empenhados em favor do IDACE R\$ 5.500.000,00, sendo R\$ 4.000.000,00 em dezembro/2008 e R\$ 1.500.000,00 em novembro/2009.

O início dos trabalhos desse convênio na realidade somente aconteceu no final de 2009, em face do trâmite burocrático para realização do Pregão Eletrônico, sob a responsabilidade do Governo do Estado/IDACE.

Iniciado em dezembro/2009 com cinco empresas contratadas com capacidade operativa suficiente para conseguir superar esse atraso, os primeiros números já demonstram que isto será possível, pois, o convênio já apresentou números significativos que permitem projetar o alcance do objeto do convênio até o final de 2010.

Com um mês de trabalho nos municípios de Canindé, Quixadá, Sobral, Tauá, Santa Quitéria e Catunda os números são os seguintes: 8.736 posses foram cadastradas e georreferenciadas e tituladas numa área de 131.040,0 ha. Para o alcance desse resultado foram utilizados R\$ 1.591.155,23 tendo como saldo R\$ 38.408.844,77. Mais uma vez destaca-se que estão inseridas nesses valores as ações de Georreferenciamento e Regularização Fundiária.

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Ações estratégicas: INCRA-SEDE

Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área Regularizada (ha)	8.063	13.309	65.231	165,00

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Ordenamento SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
81.600	3.544.508,27	3.543.345,19	99,97	286.461,32	8,08	286.461,32	8,08

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Ordenamento SR(02)/CE/SIAFI

Resultados Alcançados:

A Ação de Regularização Fundiária de imóveis rurais, como já foi dito, tem como origem o produto dos convênios firmados com o Governo do Estado/IDACE.

Esse convênio teve como meta original a regularização fundiária de 8.063 posses, até dezembro/2009 e apresentou uma execução física de 13.309 posses, ou seja, um acréscimo de 5.246 posses. Vale destacar que essa diferença a maior ainda crescerá, considerando que esse convênio foi aditado com a inclusão do município de Crato. Aqui outro aspecto merece destaque, no caderno de metas consta como previsão 410.079,00 ha enquanto que a meta realizada foi de 267.631,60 ha. Houve um acréscimo significativo no número de posses regularizadas (tituladas) enquanto que área está a menor. A explicação para esse aparente paradoxo, repousa no fato do trabalho ter se desenvolvido em regiões (municípios) com a densidade muito alta de minifúndios, puxando para baixo a média de área por imóvel rural.

Para o alcance desses resultados foram utilizados dos valores conveniados com o IDACE acima descritos R\$ 3.434.858,98 restando um saldo de R\$ 1.065.141,02. Cabe esclarecer que os valores conveniados com o IDACE têm como objeto o Cadastro Georreferenciado e a Regularização Fundiária de imóveis rurais. O procedimento

, a ação vai se desenvolvendo em sua totalidade, não
que foi gasto especificamente com a Regularização
Fundiária do Georreferenciamento de imóveis rurais.

2.3.3.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: Divisão de Ordenamento SR(02)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	28.688,17	28.687,88	99,99	27.955,56	97,45	27.955,56	97,45

Fonte: Divisão de Ordenamento SR(02)

ada no caderno de limites orçamentários, a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária ã DF trabalhou com valores centralizados. Para administrar o Programa a SR(02) apresentava periodicamente um conjunto de ações que deveriam ser desenvolvidas em períodos pré-determinados com os valores financeiros, essa planilha era submetida à apreciação da Diretoria que posteriormente liberava os recursos em sua totalidade ou com ajustes.

Os recursos supramencionados foram utilizados para custeio das viagens nas ações da Divisão.

2.3.4 Programa 0139 ã Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Maria Denise Silva Aragão.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

ções estratégicas: INCRA-SEDE

Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	3	Servidor Capacitado (un)	88	169	0	192,00

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Gestão Administrativa SR(02)/CE . Dos 169 servidores capacitados, quarenta participaram de mais de um evento, o que implica na efetiva participação de 129 servidores em cursos e treinamentos.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
22.088,96	59.096,95	59.096,95	100	57.159,71	96,72	57.159,71	96,72

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Gestão Administrativa SR(02)/CE

Resultados Alcançados:

O processo de capacitação deve ser permanente e proporcionar aos servidores condições concretas de atuar de forma qualificada nas ações que desenvolvem.

Ressalta-se que o referido processo se encontra alinhado com a perspectiva de construção de um novo modelo de gestão para a SR(02), cujas premissas envolvem a descentralização, integração e territorialização das atividades.

A consolidação dos intentos da Superintendência Regional passa pelo fortalecimento da política nacional de capacitação, que deverá assegurar tanto os recursos financeiros e materiais, bem como, oportunidade de ampliar a gama de cursos e a universalização da participação dos servidores.

O esforço da SR(02) pode ser visto quando se observa o aporte de recursos além da meta prevista na PO 2009, onde se passou de R\$ 22.088,96 para uma provisão recebida de R\$ 59.096,95. Isto resultou de alguns projetos que a Superintendência Regional prontamente desenvolveu e encaminhou à Coordenação Nacional de capacitação, solicitando a descentralização de recursos.

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da S. Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Raimunda Cleide Fontes, Ouvidora Regional.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a

social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de alimentação, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Acampada assistida (un)	1.383	1.418 *	0	102,53

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIR

(*) Trata-se do valor médio mensal de famílias atendidas com cestas e outras formas de atendimento, pois, o módulo de monitoramento soma as mesmas famílias atendidas mês a mês.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
154.920,00	216.826,62	212.360,38	97,94	210.172,97	96,93	210.172,97	96,93

Fonte: Caderno de metas 2009/SIAFI

A Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas é uma ação inserida no Plano Plurianual - PPA no Programa Paz no Campo. Esta linha de ação consiste na distribuição de cestas de alimentos, lonas e na mediação de conflitos internos e externos, durante a permanência dos acampados nas margens das estradas e nas proximidades dos imóveis rurais reivindicados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Resultados Alcançados:

Apoio e assessoria aos acampados e quilombolas, famílias que pertencem ao grupo populacional que demanda providências do poder público para acesso ao programa de Reforma Agrária do Governo Federal, mediante:

- Distribuição, durante o ano de 2009, de 11.321 cestas de alimentos totalizando em 249.062 kg;

e 110 bobinas de lonas para os acampados renovarem

c) Realização de cinco oficinas de capacitação sobre legislação, detalhando todos os dispositivos legais para execução das ações previstas nas políticas e projetos de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural;

d) Divulgação dos critérios de cadastro e seleção para os trabalhadores e trabalhadoras que estão lutando para terem acesso à terra;

e) Combate à milícia armada, com apoio da Polícia Federal em uma ação conjunta no assentamento Sabiaguaba onde ocorreram ameaças aos assentados;

f) Orientação permanente no sentido dos trabalhadores não usarem armas de fogo, uma vez que tal medida contribui, para diminuir a violência no campo;

g) Participação em seis audiências públicas promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia e Ouvidoria Agrária Regional - OAR, nos municípios de Itapipoca, São Luis do Curu, Fortaleza, Ibaretama e Mulungu. Foram ouvidos os trabalhadores rurais e adotadas as medidas cabíveis e aplicáveis aos fatos concretos de ameaças, reintegração de posse e exclusões de conformidade com as partes interessadas na resolução dos conflitos agrários e na redução da violência no campo;

h) A Ouvidoria Regional solicitou em 2009 que a Superintendência Regional fosse ouvida antes do Poder Judiciário de Canindé, Beberibe e Itapipoca decidirem sobre liminares de reintegração de posse, evitando assim, os ódespejosô de trabalhadores rurais sem terra de áreas de interesse social para fins de Reforma Agrária;

i) Combate a extração ilegal de madeira e ocupação indevida de dunas. A atuação foi em áreas decretadas para Reforma Agrária nos municípios de Mulungu, Itapipoca e Amontada. No caso de Amontada a ação se deu em conjunto com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, combatendo a degradação ambiental por invasores das dunas localizadas no assentamento Sabiaguaba;

j) Realização de um curso de dois dias sobre Mediação de Conflitos e Direitos Humanos para capacitar representantes dos movimentos sociais,

SR(02) que atuam nas regiões com o objetivo de alcançar a solução dos conflitos;

- k) Recepção de uma média de oito denúncias diárias, através de telefonemas, correspondências e visitas, buscando na medida do possível a solução para os casos denunciados;
- l) Participação de dois membros da em uma semana de capacitação, em Brasília, com o objetivo de revitalizar as ações da Ouvidoria Regional;
- m) Recadastramento nos acampamentos, haja vista, a mobilidade permanente que acontece com os acampados para a distribuição de cestas de alimentos e lonas;
- n) Visitas a 25 áreas monitorando as situações de conflitos internos e externos;
- o) Participação em dois Fóruns Regionais, na serra de Baturité e Canindé;
- p) Participação no encontro dos assentados da Diocese de Crateús promovido pela Comissão Pastoral da Terra ã CPT;
- q) Para a execução do programa de entrega de alimentos e lonas contamos com a participação de servidores de outras áreas da SR(02);

Problemas:

- a) Não ter uma Comissão Interna de Mediação de Conflitos;
- b) Desarticulação dos trabalhos da Ouvidoria com as equipes regionais e ATES;
- c) Falta de integração da Ouvidoria com o setor de Cadastro e Seleção como forma de melhorar a seleção dos candidatos à Reforma Agrária;
- d) Necessidade de espaço físico e equipamentos para o atendimento às Comissões de acampados que são freqüentes na sala da Ouvidoria;
- e) Ausência de um Sistema de Informações de demandas, impossibilitando a definição de prioridades de atendimento;
- f) Carência de material educativo para as ações: exemplo ã Folder, cartilhas, como forma de orientar e uniformizar os procedimentos administrativos e organizativos dos acampados.

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: **Alexandro da Anunciação Reis**

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: **Flávio José de Souza.**

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Givânia Maria da Silva

Suplente de Suplente Regional

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	3	Comunidade Titulada (un)	5	4	1	80,00

Fonte: Caderno de metas 2009/SIAFI/Divisão de Ordenamento da SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
251.604,00	239.707,88	238.274,73	99,40	201.882,97	84,2	201.882,97	84,20

Fonte: Caderno de metas 2009/SIAFI

Resultados Alcançados:

Das cinco áreas previstas nessa ação, concluiu-se e publicou-se três Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID, envolvendo quatro Comunidades Remanescentes de Quilombos. Não foi possível titular nenhuma delas, em virtude dos prazos estabelecidos pela legislação específica.

Problemas:

Não foi possível o cumprimento da meta em sua integralidade, em virtude da falta de profissionais de antropologia no quadro de pessoal da Superintendência Regional, para elaboração de relatório antropológico. Somente a partir de julho/2009 a SR(02) passou a contar com profissional da área de antropologia, removido de ofício da Superintendência de Roraima. Nesse ínterim, trabalhou-se com antropólogos cedidos temporariamente por outras superintendências, com dedicação parcial ao trabalho.

As dificuldades relacionadas nos trabalhos realizados nos territórios das comunidades remanescentes de quilombos são justificadas por se tratar de um processo de regularização fundiária diferenciado e com alto grau de complexidade, que normalmente acarreta um maior número de viagens a campo, mais recursos financeiros,

A obtenção de informações dos nomes e endereços implicam em algumas dificuldades:

- a) proprietários de imóveis rurais que não residem na área;
- b) proprietários que não possuem imóveis rurais registrados em cartórios;
- c) detentores de propriedades que se recusam a fornecer as informações;
- d) imóveis rurais inseridos na área cujos proprietários são desconhecidos pela comunidade;
- e) proprietários cujos endereços são ignorados;
- f) proprietários que ameaçam à equipe técnica durante os trabalhos.

Alguns entraves às pesquisas realizadas nos cartórios de registros de imóveis rurais:

- a) cartórios não informatizados;
- b) livros de registros em péssimas condições;
- c) falta de pessoal para atender a demanda em tempo hábil.

No que se refere ao levantamento das informações agroambientais e cartográficas, com equipamentos de GPS, para elaboração da planta e memorial descritivo, destaca-se:

- a) dificuldades da comunidade em identificar os limites e confrontações do território pleiteado;
- b) dificuldades em identificar nominalmente os confinantes do território;
- c) proprietários que se recusam a assinar a notificação prévia;
- d) são necessárias várias reuniões com as comunidades remanescentes de quilombos para explicar e debater toda a legislação específica de modo que

m e participem de todas as etapas do processo

e) proprietários que dificultam e/ou não permitem acesso aos imóveis rurais inseridos no território para obter informações necessárias à elaboração dos mapas de uso do solo, de capacidade de uso, relevo, recursos hídricos, localização da reserva legal e áreas de preservação permanente, levantamento fundiário com descrição das áreas ocupadas com a respectiva extensão e descrição das benfeitorias existentes.

No município de Croatá, após várias tentativas, o proprietário não assinou a notificação prévia, impedindo que a equipe técnica pudesse adentrar ao imóvel para realizar os trabalhos técnicos necessários para elaboração do relatório. Atualmente, aguarda-se uma decisão judicial sobre o assunto.

Cumprimento das metas físicas:

O cumprimento parcial das metas físicas da Ação em tela representou um avanço no processo de regularização fundiária de áreas quilombolas, não somente no âmbito da SR(02), mas no contexto geral da política de reconhecimento e delimitação de áreas quilombolas por parte do INCRA. Os recursos alocados foram fundamentais para a execução das ações.

Ações que apresentaram problemas de execução:

A indecisão das comunidades quilombolas que requereram regularização fundiária ao INCRA, a exemplo das comunidades Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, que resolveram unir-se e reivindicar um território quilombola unificado, quando antes a reivindicação era de regularização de dois territórios, o que implicou na elaboração de apenas um RTID ao invés de dois como estava previsto na Meta.

2.3.7 Programa 1350 ã Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar
imentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eduardo Martins Barbosa, Chefe da Divisão de Desenvolvimento.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR-03/BA; SR-04/AM; SR-05/BA; SR-06/MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DF; SR-29/MS; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam

de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	366	A	3	Trabalha.rural escolarizado	400	319*	319	79,75

Fonte: Caderno de metas/Divisão de Desenvolvimento SR(02)/CE

(*) Alunos participando de curso em andamento.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeira e Orçamentária das Ações Realizadas pelo CS							
PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
178.552,80	178.552,80	178.552,80	100	-	-	-	-

Fonte: Caderno de metas/Divisão de Desenvolvimento SR(02)/CE/SIAFI

Resultados Alcançados:

A Ação Educação de Jovens e Adultos no Campo ã EJA vem sendo desenvolvida através do Projeto de Escolarização óMais Um Passo na Educação do Campoô, conveniado entre a Superintendência Regional e a Fundação Universidade Estadual do Ceará ã Funece, tendo como meta inicial a formação no II Segmento do Ensino Fundamental de 400 assentados e assentadas das áreas de Reforma Agrária, que se encontram motivados com a continuidade da escolarização. O curso foi organizado

9 assentamentos localizados em 16 municípios do
educadores do próprio assentamento que trabalham de
forma integrada as diversas disciplinas do curso.

Este projeto tem sido de grande relevância para o desenvolvimento dos assentamentos, pois tem contribuído para o fortalecimento da educação, garantindo a continuidade do processo de escolarização do 5º ao 9º ano, dos jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, realizada em seu próprio assentamento.

Ressalta-se também a importância dos conteúdos trabalhados pelos educadores numa abordagem interdisciplinar a partir de quatro eixos temáticos pertinentes a realidade do campo: agroecologia e agricultura familiar camponesa; terra e trabalho na Reforma Agrária, organização social e as lutas dos movimentos sociais do campo; Educação do campo e seus sujeitos (diversidade, gênero e etnias), que têm contribuído para uma maior motivação, participação e permanência dos educandos nas turmas.

Vale destacar ainda como avanço o acompanhamento às salas de aula *in loco*, o nível de formação dos educadores, a maioria com nível superior completo, além do comprometimento com o programa e com o projeto do curso, considerando a dedicação e a criatividade como vem planejando e desenvolvendo suas ações pedagógicas, atuando como verdadeiros parceiros, mesmo enfrentando algumas dificuldades operacionais durante a execução do projeto, qualificando o curso e os impactos para o desenvolvimento dos assentamentos.

Problemas:

A não realização da capacitação continuada dos educadores, dos coordenadores locais e dos alunos universitários envolvidos no projeto, a falta de acompanhamento às turmas e o atraso de seis meses no pagamento dos recursos humanos do projeto.

Embora não tenha havido ainda a paralisação das atividades pedagógicas por parte dos educadores em sala de aula, constatou-se durante o acompanhamento, desistências que acarretaram o fechamento de algumas salas de aula, reduzindo para 319 o número de alunos e para 18 o número de turmas.

ificada foi o atraso na compra de parte do material pelos professores pela conveniente, gerando insatisfação dos alunos e professores, conforme se verificou quando do acompanhamento às salas de aula.

Transferências:

A partir da transferência da 1ª parcela dos recursos foram viabilizadas várias ações previstas no plano de trabalho como: a realização do Seminário Introdutório com as entidades parceiras, onde foi apresentado e discutido o projeto do curso como um todo; a formação de quarenta educadores(as) de EJA dos assentamentos, visando capacitá-los(as) para desenvolver ações de escolarização em EJA e também a capacitação dos quatro coordenadores(as) locais, e dos quatro estudantes universitários, visando a qualificação dos mesmos para uma atuação que dinamize as relações e os processos sócio-educativos nas áreas de Reforma Agrária; Produção e distribuição de materiais didático-pedagógicos de apoio ao processo educativo com conteúdos específicos para a primeira capacitação e para o desenvolvimento das ações pedagógicas em salas de aula.

2.3.7.2 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes

contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos
de educadores das áreas de Reforma Agrária, com
oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica
entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional capacitado	196	111*	111	56,63

(*) Alunos participando de curso em andamento.

Fonte: Caderno de metas/Divisão de Desenvolvimento SR(02)/CE.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
586.755,00	494.925,52	494.925,52	100	494.925,52	100	494.925,52	100

Fonte: Caderno de metas/Divisão de Desenvolvimento SR(02)/CE/SIAFI

Resultados Alcançados:

A Ação de Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária é desenvolvida hoje na Superintendência através do Projeto de Formação de Educadores e Educadoras, que teve como meta inicial a formação de 240 assentados e assentadas das áreas de Reforma Agrária em nível médio e Magistério da Terra. O projeto mostra-se de grande importância para o desenvolvimento das áreas de assentamento, com assentados e filhos de assentados capacitados a atuarem nas salas de aula de Ensino Fundamental - I e EJA, bem como nas áreas de gestão do magistério tendo uma formação focada na realidade da Educação do Campo. Cita-se como avanços o desenvolvimento dos alunos observado durante os acompanhamentos *in loco*. Alguns relatam sobre a aplicação da teoria adquirida em sala de aula, outros já estão realizando pesquisas sobre a Educação do Campo, contribuindo na construção do projeto político pedagógico das escolas que ficam nas suas comunidades. O projeto está em fase de

Problemas:

O atraso na entrega das prestações de contas por parte da conveniente, acarretando com isso o não repasse em tempo hábil dos recursos para a realização das etapas de acordo com o previsto no plano de trabalho, havendo prejuízos aos educandos, que muitas vezes com essa alteração de datas ficaram impedidos de comparecer às etapas do curso; problemas pessoais também foram apontados pelos educandos como causa de desistência. Hoje, quatro anos após o início do curso, o projeto está com 56,63% dos alunos freqüentando as atividades.

A inviabilização do pagamento dos professores com vínculo informada através do MEMO CIRCULAR/DDE nº 01/2008, sobre despacho CGJ/PJ nº 31/2008, recomendando a ósuspensão de repasses que tenham por objeto o pagamento de bolsas de ensino pesquisa e extensão a servidores públicos até que haja orientação uniforme sobre a matéria. O curso foi planejado para ser ministrado por professores que já atuavam na área, mas que na sua grande maioria possuíam vínculo com o serviço público, portanto, com maior qualificação para a formação de professores.

Transferências:

Com a transferência das parcelas foram viabilizadas diversas ações previstas nos planos de trabalho: elaboração e distribuição de apostilas para todos os alunos do curso; viabilização de todos os deslocamentos e diárias dos diversos sujeitos envolvidos; aquisição e distribuição do material didático e pagamento de hora aula aos professores (não servidores públicos) para cumprimento das últimas etapas.

2.3.7.3 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União;

...móveis próprios da União, cedidos ou alugados, tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; Promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de metas/Divisão de Desenvolvimento SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
20.000,00	35.681,14	35.681,14	100	35.681,14	100	35.681,14	100

Fonte: Caderno de metas/Divisão de Desenvolvimento SR(02)/CE/SIAFI

Os recursos foram utilizados em despesas com viagens (locomoção e diárias) a fim de realizar no campo o acompanhamento das ações pedagógicas, realizadas nas salas de aula existentes nos projetos de assentamento, no âmbito do PRONERA, relativos aos convênios firmados entre a Superintendência Regional e a Fundação Universidade Estadual do Ceará. Acompanhamento do Curso de Escolarização no segundo Segmento para 400 jovens e adultos assentados e assentadas

Assentamento Lênin Paz II (Ibaretama), Belo Serra (Caucaia), Maceió (Itapipoca), Batalha (Trairi), Saco do Belém (Santa Quitéria), Conceição Bonfim (Santana do Acaraú), Carnaubal e Santa Helena (Canindé), Cachoeira Chico Mendes (Icó), Palmares (Crateús), Bernardo Marim II (Russas), Lagoa do Mineiro (Itarema), Morada Nova/Salão (Mombaça), Nova Canaã (Quixeramobim), São Joaquim (Madalena), Aragão (Miraíma) e Aroeira Vilany (Aracati). Através dos acompanhamentos foram elaborados relatórios sobre o desenvolvimento das atividades que estão sendo desenvolvidas no campo, bem como reuniões posteriores com a conveniente para apontar pontos fortes e pontos fracos.

A equipe gestora do programa também participa como membro no Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos, na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e no Comitê Estadual de Educação do Campo, que têm como objetivo elaborar, aprimorar e discutir políticas públicas na área de educação sendo o foco da equipe o a educação nas áreas de assentamento. Sobre essa atividade houve a participação em eventos locais e eventos no Estado do Pará (Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos e Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos - CONFITEA). Durante o ano também aconteceu a reunião Nacional do PRONERA em Anápolis-GO. Houve, ainda, a participação na discussão e elaboração de projetos de nível superior pela Universidade Estadual do Cariri - URCA, na cidade de Crato.

O recurso disponibilizado durante o ano para gestão e administração do programa foi de fundamental importância para o alcance meta da ação e do objetivo do programa. Algumas articulações feitas, a exemplo dos projetos que estavam sendo elaborados pela Universidade Estadual do Cariri e outros cursos que estavam sendo discutidos com a Universidade Estadual do Ceará não foram encaminhadas, devido às determinações contidas no ACÓRDÃO TCU nº 2653/2008 que determina a não utilização do instrumento de convênio para a execução do objeto, em vez de convênio valha-se de contrato, precedido de procedimento licitatório. A equipe regional, a partir das orientações da coordenação nacional vem tentando se readaptar, pois o programa já tem onze anos e sempre executou suas atividades mediante convênios. Grupo de Trabalho já foi instituído para adequação e atendimento às orientações contidas no referido documento.

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Aristides Braga Monte

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de

de forma: a) assessoramento na elaboração e no desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Fam. Assistida (un)	16.741	16.741	18.057	100

Fonte: Caderno de Metas 2009/Equipe ATEs SR(02)/CE

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 14.467.340,00	R\$ 13.325.836,00	R\$ 13.325.836,00	100	R\$ 9.142.324,00	68,60	R\$ 9.142.324,00	68,60

Fonte: Caderno de Metas 2009/Equipe ATEs SR(02)/CE/SIAFI

A consolidação do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental, com o estabelecimento de um convênio plurianual no período compreendido entre fevereiro de 2009 a dezembro de 2011, representou um avanço em relação aos convênios anteriores, por se tratar de aspiração antiga dos assentados da Reforma

envolvidas no processo, já que se coloca à disposição do conjunto de ações que contribuem para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

O convênio plurianual da Superintendência com o SEBRAE aplicou no ano de 2009 a importância de R\$ 9.542.324,00, sendo R\$ 9.142.324,00 de responsabilidade do INCRA e R\$ 400.000,00 referente a contrapartida do SEBRAE, beneficiando 16.741 famílias assentadas em 343 projetos de assentamento. No ano de 2010 o volume de recursos aplicados será de R\$ 14.755.212,00, sendo R\$ 14.405.212,00 de responsabilidade do INCRA e R\$ 350.000,00 a contrapartida, beneficiando 18.097 famílias assentadas em 343 projetos de assentamento. Em 2011 as condições serão as mesmas de 2010.

O referido convênio foi cadastrado no SICONV sob o nº 702940/2009, estando o seu trâmite regularmente alimentado no Portal dos Convênios e disponível para os usuários de uma forma geral.

Para acompanhar as ações do Convênio foi montada uma estrutura de gestão do programa de ATES no Estado do Ceará composta do Fórum Estadual ATES, Núcleos Regionais de ATES e Equipes de Assessoria Técnica e Acompanhamento Institucional composta de técnicos da SR(02) e do SEBRAE, que dentre outras atribuições são responsáveis pela supervisão, monitoramento e avaliação das atividades das empresas contratadas para prestação dos serviços objeto do convênio.

Resultados Alcançados:

No ano de 2009 o Convênio de ATES atendeu 16.741 famílias em 343 assentamentos federais no Estado do Ceará.

Deve-se destacar o grande avanço obtido com a concretização do Convênio Plurianual de ATES (2009-2011), já que o mesmo garantiu a prestação dos serviços de assistência técnica e capacitação de forma continuada por um período mais longo de tempo, evitando a descontinuidade das ações junto aos assentamentos, permitindo assim um maior conhecimento da realidade dos mesmos por parte das equipes técnicas e a melhoria da qualidade dos serviços de assistência técnica.

Outro aspecto importante a ser destacado foi a retomada da estrutura de gestão do Programa de ATES composta pelo Fórum Estadual, pelos oito Núcleos Gestores Regionais, dos quais participam representantes do INCRA, SEBRAE, MDA,

adoras dos Serviços de ATES, Fórum Estadual dos
ntamentos.

A construção de um processo de planejamento participativo das ações do Programa de ATES, constituiu-se em uma importante vitória alcançada. Realizado de forma conjunta, permitiu a construção de uma metodologia de planejamento com o objetivo de qualificar os planos de trabalho das equipes técnicas. Esse processo de planejamento participativo se deu nas reuniões dos Núcleos Gestores Regionais, e através da realização de oficinas de planejamento com as empresas prestadoras dos serviços de assistência técnica nos assentamentos, com a participação dos assentados.

Outro avanço obtido foi a realização de um processo de capacitação dos assentados em Metodologia de Elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos, que permitiu uma maior compreensão do contexto atual de desenvolvimento no qual os assentamentos estão inseridos, bem como a apropriação por parte dos assentados de técnicas metodológicas e pedagógicas que permitem um melhor conhecimento da realidade dos assentamentos, a identificação de entraves, das potencialidades e a definição de alternativas de solução.

Observa-se também, uma maior integração entre as equipes institucionais da SR(02) que acompanham os assentamentos e as equipes técnicas de ATES, fato esse que potencializou e contribui com a implementação das ações de crédito instalação, infra-estrutura, apoio à organização dos assentamentos, Pronera, emissão de contratos de concessão de uso e acompanhamento dos projetos produtivos nos assentamentos assistidos pelo programa de ATES.

Problemas:

Dada a dimensão do Convênio de ATES, o acompanhamento institucional, por parte do INCRA e do SEBRAE, não dispõe de um número suficiente de técnicos. Existe a necessidade de se estruturar melhor as equipes que acompanham essa ação.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

de custos administrativos dos programas, agregando
is de apropriação em ações finalísticas do próprio
programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas 2009/Equipe ATES SR(02)/CE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
23.882,00	143.036,45	139.710,27	97,67	130.108,75	90,96	130.108,75	90,96

Fonte: Caderno de Metas 2009/Equipe ATES SR(02)/CE/SIAFI

Os recursos foram aplicados no acompanhamento e fiscalização das ações do Convênio Plurianual de ATES, em 343 projetos de assentamento, com 16.741 famílias assistidas, na organização e coordenação das reuniões dos Núcleos Gestores Regionais, nos acompanhamentos das Oficinas de Planejamento dos serviços de ATES e do Seminário Estadual de ATES.

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados,

tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas/Divisão de Gestão Administrativa SR(02)/CE/DA

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
575.680,00	1.309.837,28	1.308.624,05	99,90	1.092.320,43	83,40	1.087.440,40	83,00

Fonte: Divisão de Gestão Administrativa SR(02)/CE/DA/SIAFI

Resultados Alcançados:

A Ação de Apoio Administrativo tem como objetivo atender às despesas de administração da Superintendência Regional. Os valores acima descritos acima descritos referem-se aos seguintes itens:

- a) Serviços de terceirização de mão-de-obra (receptionistas, copeira, serviços de limpeza e conservação, manutenção predial, reprografia e vigilância);

em água, energia, telefonia, manutenção do elevador, condicionado, da central telefônica, locação de máquinas copiadoras, serviços de manutenção corretiva e recuperação do estabilizador CP STELLES 150001, incluindo rebobinamento trafo, kit de reparo nas placas elétricas da instalação elétrica, realização de serviços de manutenção corretiva de dois estabilizadores centrais;

- c) Serviços de fornecimento e instalação de trinta metros quadrados de piso paviflex para instalação da Câmara Técnica da Divisão de Obtenção de Terras;
- d) Contratação de empresa especializada em UPGRADE central BP-250, marca Ericson, modelo busineone de R8 para R13;
- e) Contratação de serviços de pesquisas jurídicas nos diários oficiais, publicações de editais em jornais de grande circulação no estado e
- f) Contratação de internet 3G;
- g) Serviços de reforma da cobertura do prédio e
- h) Aquisição de material de expediente.

2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição: Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Francisco Marcelo Marques Lima

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: Divisão de Gestão Administrativa SR(02)/CE/SIAFI

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.000,00	53.325,28	53.325,28	100	17.402,58	32,63	17.402,58	32,63

Fonte: Divisão de Gestão Administrativa SR(02)/CE/SIAFI

Resultados Alcançados:

Os recursos recebidos nesta ação foram aplicados na contratação de serviços de manutenção dos equipamentos de informática utilizados na Superintendência Regional.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes							
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos				0	0	0
	Recebidos		09272008901810001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	5.222,10	0	
			21122013522720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL		0	23.767,41
			21122013722720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL		0	875.416,66
			21122013822720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL		0	28.688,17
			21122075020000001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	4.880,03	0	1.126.789,81
			21122135022720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL		0	35.766,64
			21122142722720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL		0	143.036,45
			21125013821050001	GERENCIAMENTO E FISCALIZACAO DO CADASTRO RURAL - NACIONAL		0	234.057,30
			21126075020030001	ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL		0	50.662,28

		21127013821100001	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS RURAIS - NACIONAL		0	3.544.508,27
		21127013844260001	GEORREFERENCIAMENTO DA MALHA FUNDIARIA NACIONAL - NACIONAL		0	3.150.000,00
		21127133616420001	RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DE ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS - NACIONAL		0	239.707,88
		21128013945720001	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO - NACIONAL		0	59.096,95
		21363135083700001	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR PARA A REFORMA AGRÁRIA - NACIONAL		0	494.925,52
		21366135044740001	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO - NACIONAL		0	178.552,80
		21606142744700001	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - NACIONAL		0	13.325.836,00
		21631013583740001	LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA - NACIONAL		0	151.983,47
		21631013583840001	CADASTRO, SELEÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA - NACIONAL		0	65.309,67
		21631013583870001	VISTORIA E AVALIAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE IMOVEIS RURAIS -NACIONAL		0	519.141,87
		2163101372B060001	MANEJO DE RECURSOS NATURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA - NACIONAL		0	341.084,24

			21631013743580001	TITULACAO, CONCESSAO E DESTINACAO DE IMOVEIS RURAIS EMPROJETOS DE ASSENTAMENTO - NACIONAL		0	32.161,30
			21631013783980001	DEMARCACAO TOPOGRAFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO - NACIONAL		0	527.180,47
			21631112021090001	ASSISTENCIA SOCIAL, TECNICA E JURIDICA AS FAMILIAS ACAMPADAS - NACIONAL		0	216.826,62
			21691013743200001	FOMENTO A AGROINDUSTRIALIZACAO E A COMERCIALIZACAO - TERRA SOL - NACIONAL		0	16.324,00
Externa	Concedidos				0	0	0
	Recebidos				0	0	0
Despesas de Capital							
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação		4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos				0	0	0
	Recebidos	373045	21122013522720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	253.400,00		0
		373045	21122075020000001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	178.167,44		0
		373045	21126075020030001	ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL	2.690,00		0
		373045	21631013544600001	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA - NACIONAL		864.508,01	0

		373045	21631013704270001	CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS- NACIONAL		22.791.500,00	0
		373045	2163101372B060001	MANEJO DE RECURSOS NATURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRARIA - NACIONAL	47.530,00		0
		373045	21631013783960001	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA BASICA EMPROJETOS DE ASSENTAMENTO - NACIONAL	11.275.685,50		0
		373045	21691013743200001	FOMENTO A AGROINDUSTRIALIZACAO E A COMERCIALIZACAO - TERRA SOL - NACIONAL	140.184,78		0
Externa	Concedidos				0	0	0
	Recebidos				0	0	0

Fonte: Divisão de Gestão Administrativa SR(02)/CE

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	4.881.991,80	2.401.812,80	3.206.236,82	1.525.303,18
Convite	978.999,66	332.850,08	296.491,00	36.829,20
Tomada de Preços	1.822.528,29	520.351,45	1.339.489,48	163.297,39
Concorrência				
Pregão	2.080.463,85	1.548.611,27	1.570.256,34	1.325.176,59
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	1.018.749,66	959.154,78	890.292,23	905.278,86
Dispensa	385.009,38	524.409,23	321.496,85	514.232,22
Inexigibilidade	633.740,28	434.745,55	568.795,38	391.046,64



PDF Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Regime de Execução Especial	269.673,37	248.040,94	269.013,74	246.190,33
Suprimento de Fundos	269.673,37	248.040,94	269.013,74	246.190,33
Pagamento de Pessoal	1.061.905,56	1.694.583,52	1.061.905,56	1.693.024,31
Pagamento em Folha		10.102,13		10.102,13
Diárias	1.061.905,56	1.684.481,39	1.061.905,56	1.682.922,18
Outros	31.722.455,40	55.753.364,12	9.396.533,85	26.553.097,80

Fonte: Divisão de Gestão Administrativa SR(02)/CE

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	11.310,19	10.102,13	11.310,19	10.102,13	0,00	0,00	11.310,19	10.102,13
08 - Benefício e Assistência Social	11.310,19	10.102,13	11.310,19	10.102,13	0,00	0,00	11.310,19	10.102,13
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	12.962.062,20	25.503.299,43	12.962.062,20	13.802.433,66	7.836.265,33	11.700.865,77	5.125.796,87	13.802.433,66
14 - Diárias	1.061.905,56	1.684.481,39	1.061.905,56	1.682.922,18	0,00	1.559,21	1.061.905,56	1.682.922,18
30 - Material de Consumo	612.349,62	558.936,22	612.349,62	459.592,04	196.828,92	99.344,18	415.520,70	459.592,04
33 - Passagens	491.680,20	550.944,23	491.680,20	532.619,90	17.751,30	18.324,33	473.928,90	532.619,90
Demais elementos do grupo	10.796.126,82	22.708.937,59	10.796.126,82	11.127.299,54	7.621.685,11	11.581.638,05	3.174.441,71	11.127.299,54

Fonte: Divisão de Gestão Administrativa SR(02)/CE

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	8.834.587,02	11.897.657,72	8.834.587,02	5.991.996,38	2.403.738,60	5.905.661,34	6.430.848,42	5.991.996,38
41 - Contribuições	7.018.939,19	11.336.203,05	7.018.939,19	5.611.399,15	868.669,75	5.724.803,90	6.150.269,44	5.611.399,15
51 - Obras e Instalações	1.501.023,48	274.149,67	1.501.023,48	127.197,23	1.220.743,39	146.952,44	280.280,09	127.197,23
52 - Equipamentos e Material Permanente	314.624,35	287.305,00	314.624,35	253.400,00	314.325,46	33.905,00	298,89	253.400,00
5 - Inversões Financeiras	17.158.126,57	23.656.008,01	17.158.126,57	10.908.362,31	13.890.789,66	12.747.645,70	3.267.336,91	10.908.362,31
61 - Aquisição de Imóveis	1.068.426,57	864.508,01	1.068.426,57	803.062,31	44.789,66	61.445,70	1.023.636,91	803.062,31
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	16.089.700,00	22.791.500,00	16.089.700,00	10.105.300,00	13.846.000,00	12.686.200,00	2.243.700,00	10.105.300,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Divisão de Gestão Administrativa SR(02)/CE

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	80.991,63	121.500,00	115.088,14
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	820.438,86	1.063.090,98	1.683.636,68
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.533.079,85	1.566.838,85	1.852.490,94
3.1. Publicidade	79.259,17	164.677,62	90.967,36
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	428.518,70	377.884,66	418.459,97
3.3. Tecnologia da informação	34.543,98	32.763,96	31.398,96
3.4. Outras Terceirizações	990.758,00	991.512,61	1.311.664,65
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	97.852,06	268.175,60	246.190,33
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	114.481,53	838,14	0,00
TOTAIS	2.646.843,93	3.020.443,57	3.897.406,09

Fonte: SIAFI 2007, 2008, 2009

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	200	210	□
Próprios	200	210	
Requisitados	0	0	
Celetistas	0	0	
Cargos de livre provimento	2	2	□
Estatutários	2	2	
Não Estatutários	0	0	
Terceirizados	0	0	
Total	202	212	

Fonte: Divisão de Gestão Administrativa SR(02)/CE/DA

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	212	4.859.705,98	229.310,61	7.523.703,40	459.875,51	0,00
2008	218	6.123.762,63	257.458,07	8.090.780,79	751.793,89	0,00
2009	210	8.581.442,78	241.326,88	5.126.693,86	1.121.864,44	3.233,01
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007						
2008						
2009						
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	3		58.891,36			
2008	3		133.750,92			
2009	2		118.292,60			
Requisitados com ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	25	294.155,41	0	0	0	0	28	83.936,69
2008	25	290.994,65	13	11.355,95	0	0	16	71.542,50
2009	24	295.275,35	13	148.752,04	0	0	19	103.003,70

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade			
					Quantidade			
			Início	Fim	AT	Médio EF	Superior AT	EF
Ordinária	CRT/CE Nº 13000/2008	Atitude Terceirização de Mão - de - Obra Ltda. - Copeira	17/12/2008	16/12/2010	1	1	0	0
Ordinária	CRT/CE Nº 11000/2008	Atitude Terceirização de Mão - de - Obra Ltda. - Recepcionista	24/11/2008	23/11/2010	12	12	0	0
Ordinária	CRT/CE Nº 09000/2008	Esuta Prestação de Serviços Ltda.	17/11/2008	16/11/2010	12	12	0	0
Ordinária	CRT/CE Nº 02000/2006	Futura - Serviços Profissionais e Administrativos Ltda.	30/12/2005	29/12/2010	3	2	0	0
Ordinária	CRT/CE Nº 10000/2009	Léo Segurança Ltda.	01/11/2009	31/10/2010	8	8	0	0
Ordinária	CRT/CE Nº 01000/2006	Gerencial Serviços Ltda.	30/12/2005	29/12/2010	2	2	0	0
Ordinária	CRT/CE Nº 06000/2006	Ômega Construções e Serviços Ltda.	17/04/2006	16/11/2008	12	12	0	0
Ordinária	CRT/CE Nº 34000/2004	Servis Segurança Ltda.	01/11/2004	31/10/2009	8	8	0	0
Observação:								

Fonte: Divisão de Gestão Administrativa SR(02)/CE



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

recursos humanos instituídos pela unidade,
informando se não os possuir.

Não ocorreu no período.

A Superintendência Regional dispõe de um quadro de servidores insuficiente para atender a missão institucional. Desde 2003 o INCRA incorporou atividades e ampliou a realização de outras, a exemplo do reconhecimento de comunidades quilombolas, regularização fundiária, concessão de novos créditos dentro da modalidade de instalação e o sucessivo assentamento de novas famílias ao processo de reforma agrária.

A gradativa reposição da força de trabalho, com os concursos realizados desde 2004, tem sido prejudicada pela crescente vacância dos cargos, envolvendo analistas e técnicos em desenvolvimento e reforma agrária, engenheiros civis, contadores. Ressaltamos ainda que somente em 2009, quatro servidores pediram vacância dos cargos, outros três foram aposentados e dois foram cedidos ao TRE.

É importante lembrar que alguns cargos não foram preenchidos nos concursos, como analista de sistemas, engenheiro florestal e antropólogo. Portanto, não há nenhum profissional contratado em tais áreas, sendo esta uma situação insustentável, considerando que tais perfis são fundamentais para a qualificação da gestão da SR(02). Neste contexto, é necessário ainda destacar o estrangulamento nas áreas de engenharia civil, contabilidade e profissionais para desenvolvimento dos assentamentos.

Compromete-se, assim, o desempenho institucional, mesmo considerando as contratações de terceirizados, que representa apenas 6% da força de trabalho efetiva, que por sua vez está longe de atender a demanda atual. Considerando que o INCRA tem uma forte presença no campo, os profissionais terceirizados ficam limitados em sua contribuição às atividades internas, uma vez que não podem realizar trabalhos de campo.

Em tal cenário, a situação tende a se agravar em face do expressivo quantitativo de servidores na expectativa de obter a aposentadoria em curtíssimo prazo. Estima-se, desse modo, a necessidade de reposição de no mínimo 20% da atual força de trabalho.

ção de servidores, conseguiu-se avançar na quantidade de servidores, garantindo no ano que 2009 o acesso de 60% dos servidores em algum tipo de capacitação. Quanto se considera a participação em mais de um evento, este percentual se eleva para 92%. Tais casos dizem respeito à capacitação em mais de uma etapa ou ainda para atender prioridades da instituição.

Nesta perspectiva a Superintendência fez um esforço importante para definir um programa de capacitação ampliado, envolvendo os processos de descentralização, integração e territorialização. A proposta em pauta está em análise na Coordenação Geral de Capacitação e, o atendimento à mesma, representa um passo significativo na consolidação de um novo modelo de gestão.

No que tange a política remuneratória, convive-se com a defasagem salarial, repercutindo diretamente na saída dos servidores para outros órgãos ou ocupações de melhor remuneração. É importante destacar que o INCRA encontra-se numa faixa salarial abaixo das instituições assemelhadas.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

os por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
TOTAL					

Fonte:

Não ocorreu no período

pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	39,35	39,35	0	0
2007	0	0	0	0
...	39,35	39,35	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	24.130.754,24	56.537,26	19.451.071,66	4.623.145,32
2007	6.463.184,77	30.200,34	905.300,00	5.527.684,43
...	30.593.939,01	86.737,60	20.356.371,66	10.150.829,75
Observações: Informamos que foi publicado no Diário Oficial da União, do dia 23 de dezembro de 2008, o Decreto Nº 6.708/2008 prorrogando os restos a pagar não processados inscritos no exercício financeiro de 2007.				

Fonte: SIAFI2009

Análise Crítica de Restos a Pagar:

Crédito Instalação

Os recursos inscritos em restos a pagar na Ação de Crédito Instalação devem-se aos seguintes motivos:

ional das Equipes de Articulação Territorial ã EAT
metida, diante do volume de trabalho que as mesmas
necessitam executar, como as ações de acompanhamento e fiscalização dos créditos
instalação, mediação de conflitos, apoio à organização e gestão dos assentamentos,
acompanhamento às equipes de ATES e participação nos fóruns territoriais.

Diante do volume de créditos a serem repassados e acompanhados as EAT
tiveram que priorizar o repasse para os assentamentos com um maior número de
famílias, ficando os assentamentos com um menor número de créditos a serem
repassados em restos a pagar para 2010.

O trabalho com Ação de Crédito Instalação foi ampliado devido ao reajuste
no valor dos créditos aquisição de material de construção, recuperação de casas, apoio,
fomento e semi-árido, fato esse que obriga a instrução e repasse de créditos
complementares, dobrando o volume de trabalho com essa Ação.

Infra-estrutura

Com relação ao montante de recursos colocados em restos a pagar na Ação
de Infra-estrutura, esse fato ocorreu devido à elevada demanda por obras hídricas
existente nos assentamentos do Estado do Ceará, que ainda não foi atendida em anos
anteriores, como também, devido às fortes chuvas registradas no ano de 2009, que
ocasionaram sérios danos nos açudes existentes.

Diante da situação acima descrita, a Superintendência Regional firmou
convênios com as prefeituras municipais e com o Governo do Estado ao longo do ano
de 2009, executando todos os recursos programados na PO 2009 e, ainda, solicitou
recursos suplementares. No final do ano, firmou convênios com as prefeituras
municipais, colocando os recursos dos mesmos em restos a pagar para 2010.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

erências (recebidas e realizadas) no Exercício

o.

**Quadro de Detalhamento de Transferências
Concedente(s)**

UG / CNPJ		Denominação							
00.375.972/0004-03		INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA							
373045		SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	702739	06.582.449/0001-91	310.513,28	10.513,28	300.000,00	300.000,00	31/12/2008	31/03/2009	0
1	702680	07.885.809/0001-97	808.080,81	8.080,81	221.447,30	221.447,30	31/12/2008	31/12/2010	0
1	701881	07.623.077/0001/67	148.871,97	7.443,60	141.428,37	141.428,37	31/12/2008	30/05/2009	0
1	702721	07.623.077/0001/67	247.839,03	12.839,03	235.000,00	235.000,00	31/12/2008	27/09/2009	0
1	702713	07.725.138/0001-05	142.989,38	4.989,38	138.000,00	138.000,00	31/12/2008	29/06/2009	0
1	625853	07.744.303/0001-68	643.088,20	83.237,18	559.851,02	109.851,02	24/06/2008	19/06/2009	0
1	640198	09.450.206/0001-98	40.000.000,00	20.000.000,00	7.100.000,00	7.100.000,00	31/12/2008	31/12/2010	0
1	538672	07.885.809/0001-97	3.451.599,80	575.276,00	2.698.259,99	494.925,52	28/12/2005	31/03/2010	0
1	702939	06.738.132/0001-00	149.065,71	7.453,29	141.612,42	141.612,42	09/02/2009	06/10/2009	0
1	702940	07.121.494/0001-01	43.236.260,00	1.100.000,00	9.142.324,00	9.142.324,00	03/03/2009	31/12/2011	0
1	703965	07.416.704/0001-99	314.531,36	28.596,36	285.935,00	285.935,00	19/10/2009	15/02/2010	0
1	704624	07.594.500/0001-48	257.875,79	3.075,79	254.800,00	254.800,00	05/10/2009	01/02/2010	0

1	703999	07.598.659/0001-30	554.174,92	24.174,92	530.000,00	530.000,00	19/10/2009	15/02/2010	0
1	703927	07.615.750/0001-17	194.600,19	9.730,09	184.870,10	184.870,10	13/10/2009	09/02/2010	0
1	703995	07.663.941/0001-54	530.481,91	10.826,91	519.655,00	519.655,00	22/09/2009	07/01/2010	0
1	704878	07.725.138/0001-05	797.258,65	23.958,65	773.300,00	773.300,00	20/10/2009	17/02/2010	0
1	704647	07.726.540/0001-04	149.745,17	4.745,17	145.000,00	145.000,00	15/12/2009	15/04/2010	0
1	703952	07.736.390/0001-01	148.323,88	3.027,88	14.296,00	145.296,00	23/10/2009	20/02/2010	0
1	704017	07.849.532/0001-47	274.969,86	20.000,00	254.969,86	254.969,86	05/11/2009	05/03/2010	0
1	702942	07.963.739/0001-48	351.491,04	10.544,73	340.946,31	340.946,31	17/04/2009	14/08/2009	0
1	703953	07.982.028/0001-10	123.509,95	4.000,00	119.509,95	119.509,95	19/10/2009	15/02/2010	0
1	703959	07.982.028/0001-10	147.680,60	4.430,42	143.250,18	143.250,18	19/10/2009	15/02/2010	0
1	703960	07.982.028/0001-10	146.035,35	4.535,35	141.500,00	141.500,00	19/10/2009	15/02/2010	0
1	704716	10.508.935/0001-37	704.539,49	21.136,18	683.403,31	683.403,31	15/10/2009	11/02/2010	0
1	703922	10.517.563/0001-05	373.111,34	11.111,34	362.000,00	362.000,00	18/12/2009	17/04/2010	0
1	704772	23.489.834/0001-08	148.236,89	4.736,89	143.500,00	143.500,00	23/10/2009	20/02/2010	0
1	704650	23.718.034/0001-11	342.356,41	10.356,41	332.000,00	332.000,00	15/10/2009	11/02/2010	0

Fonte: SIAFI2009



PDF

Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ar Patrocinada
o.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

objetos ou programas financiados com recursos
externos

Não ocorreu no período.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Não ocorreu no período.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Não ocorreu no período.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ção ou da Unidade de Controle Interno

Não ocorreu no período.

ações do TCU

primen to das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Não ocorreu no período.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

No exercício de 2009, não houve atos de admissão e concessão de pensão, contudo, foram encaminhados ao Órgão de Controle Interno três atos de concessão de aposentadoria, quais sejam: 10002359-04-2009-000001-3; 10002359-04-2009-000002-1 e 10002359-04-2009-000003-0. Ainda, no referido exercício, foram encaminhados ao Órgão de Controle Interno, dois atos de desligamento, cujos números de controle são: 10604502-02-2009-0000087-6 e 10604502-02-2009-000241-0.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

temas SIASG e SICONV

n anexo.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

consideradas pelos responsáveis como relevantes para
a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não ocorreu no período.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

a Gestão

Consultar declaração em anexo.

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins: Indicadores de Desempenho

Indicadores apresentados pelo INCRA (SR-02/CE)

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária							
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	62,2%	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados ñ Disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) ñ Conforme disponível em www.ibge.gov.br.
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	65,2%	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício ñ conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício ñ Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009,	Superintendência Regional/ Brasil	100%	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de	• Número de imóveis regularizados e titulados ñ Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
	regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.					regularização fundiária iniciado no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	ñ Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento							
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	R\$ 167,04	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação	• Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras ñ Gastos no Programa 135/ação 4460 ñ SIAFI e SIR. • Quantidade de terras obtidas no nível de agregação ñ Conforme a publicação do Decreto ñ SIR e SIPRA.
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a	Superintendência Regional/ Brasil	80,6%	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	• Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada ñ SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. • Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida ñ SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
	Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.						
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	31,6%	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	• Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor ñ SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. • Quantidade total de PA(s) federais ñ Sipra.
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento							
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo	Superintendência Regional/ Brasil	204,1%	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico ñ encanado, de poço ou de cisterna no exercício ñ dividido pelo número de famílias	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício ñ Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
	assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente					assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	assentadas no exercício ñ Sipra.
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCAR	Superintendência Regional/ Brasil	Justificado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA ñ SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados ñ Sipra.
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	58,2%	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício ñ Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício ñ Sipra.
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou	Superintendência Regional/Brasil	56,7%	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de	• Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício ñ Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
	aumento do passivo existente.					agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias assentadas no exercício ñ Conforme constante do Sistema Supra.
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	634	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	• Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício ñ Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	82%	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica ñ Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; • Número de famílias dos PA(s) ñ Conforme constante do Sistema Supra.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Renda média das famílias (amostra)	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	3.608	Por exercício	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	• Valor monetário gerado pelas atividades produtivas ã A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência / Brasil	Justificado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas fiscalizadas ã Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. • Quantidade total de parcelas por nível de agregação ã Sistema SIPRA/SIR.
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Justificado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período ã Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Justificado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível	• Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 ã Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
						de agregação), multiplicado por 100.	Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA ã Sipra.
Área: Gestão Administrativa							
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	88,5%	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	17,8	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei	Superintendência /Diretoria/Brasil	59,09	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status óaprovadoô no exercício/Quantidade de convênios com status	SIAFI e SICONV

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
	8.666.					ó comprovado no exercício) multiplicado por 100.	
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superint endência/Diretori a/Brasil.	Justificado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	- Quantidade de inconformidades ã Informado pela AUD. - Quantidade de registros analisados ã Informado pela AUD.

ÍNDICE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

ÍNDICE DE CADASTRAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS

A superfície ocupada pelo total de imóveis cadastrados é de 9.251.814,11 hectares. Dividindo-se pela área total sob jurisdição do INCRA, obtém-se o indicador de 62,2% de cadastramento. Em 2010, este percentual aumentará em face da inclusão de outros municípios no âmbito do Convênio com o Governo do Estado.

ÍNDICE DE ANÁLISE DE PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS

Dos 23 processos que deram entrada com o pedido de certificação, um total de 15 foram certificados. Apenas 1 não foi analisado e em 7 processos constam pendências de documentos, cuja solução está fora da governabilidade do INCRA.

ÍNDICE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Esta atividade é realizada no âmbito do Convênio com o Governo do Estado, onde todos os processos de 2009 foram regularizados.

ÁREA DE OBTENÇÃO:

GASTOS COM OBTENÇÃO DE TERRAS:

O valor pago na Ação Obtenção de imóveis rurais, constante da execução Financeira-Orçamentaria da SR(02), refere-se ao valor pago de benfeitorias dos imóveis (VTB), considerando que terra nua (VTN) é pago com Títulos da Dívida Agrária (TDA). O valor do indicador de R\$ 167,04/ha encontrado nas ações de 2009 está abaixo do valor calculado/previsto que é de um VTB = 175,24, refletindo o pequeno número de benfeitorias nos imóveis pagos.

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO:

ACESSO AO PRONAF:

Superintendência do Ceará fez um convênio com o Assistência Técnica às famílias assentadas. Dentro das atribuições dos prestadores do serviço está a discussão, elaboração e acompanhamento a implantação dos projetos de PRONAF A. Como as prestadoras de serviço iniciaram os trabalhos somente em março e abril de 2009, as primeiras propostas, dentro desse convênio, só foram concluídas no final do ano, ficando assim inviabilizada a contratação das mesmas junto ao agente financeiro, dentro do exercício de 2009.

Além disso, um problema relacionado ao enquadramento indevido de beneficiários da Reforma Agrária no grupo B, por parte da EMATERCE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará), dificultou ou inviabilizou o processo de emissão de DAP (declaração de aptidão ao PRONAF) de muitos assentados. Dessa forma, um grande número de trabalhadores não pôde se credenciar a acessar o PRONAF A no decorrer de 2009.

Levando-se em conta a demanda qualificada em 2009 para PRONAF A, o número de contratos assinados no Ceará foi inferior ao esperado.

RENDA MÉDIA:

Utilizou-se uma amostragem de 03 projetos de assentamento (Buriti, Guriu e Califórnia), situados em regiões de serra, litoral e sertão, respectivamente. Este trabalho é fruto da pesquisa intitulada **O sistema misto de produção nos assentamentos rurais do Ceará: organização e experiências camponesas** Relatório Final de Pesquisa. *No Prelo*. BNB. Fortaleza, Ceará. 2009. Em Buriti e Califórnia as atividades produtivas são focadas na agricultura e pecuária e, no caso de Guriu, eminentemente originadas da pesca. Considerando as três experiências, verificou-se que aproximadamente 47,6% da renda do assentamento tem origem nas atividades produtivas antes referidas.

ÍNDICE DE ACESSO À MORADIA NOS ASSENTAMENTOS

Ressalta-se que, em face de diversos problemas relatados ao longo do texto, referentes aos condicionantes para a aplicação dos créditos de instalação, as casas efetivamente recebidas em 2009, resultam da aplicação dos recursos de anos anteriores.

ESTRADAS:

SR(02) trabalhou intensamente para empenhar todo o recurso provisionado em 2009. Contudo, embora algumas obras tenham sido concluídas, não foi possível recebê-las, configurando que estão em execução. As obras recebidas onde as famílias foram beneficiadas, em torno de 588, são todas referentes a exercícios anteriores.

ÍNDICE DE CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS:

A SR(02) trabalhou em 2009 no levantamento de passivo em algumas áreas (cinco), para iniciar o processo de consolidação. Em 2010, será aberta uma ampla discussão sobre o tema para iniciar de forma segura esta ação.

ÍNDICE DE PARCELAS SUPERVISIONADAS:

As comissões de supervisão e vistoria da IN 47/2008, foram criadas somente no final do ano de 2009. Foi solicitado à Divisão de Desenvolvimento da SR(02), mediante a ação de suas equipes de articulação territorial, o levantamento das demandas dos projetos, em fase de elaboração.

ÍNDICE DE NÚMERO DE PROJETOS AMBIENTALMENTE DIFERENCIADOS IMPLANTADOS:

A Portaria INCRA 215/2006, define os projetos ambientalmente diferenciados como Projetos de Assentamento Florestal. Não há no âmbito da SR(02) nenhum projeto com tais características.

ÁREA: GESTÃO ADMINISTRATIVA

ÍNDICE DE ABRANGÊNCIA DE CAPACITAÇÃO

No INCRA, o programa de desenvolvimento de pessoal está sendo implementado no sentido de desenvolver as competências mapeadas e constantes do Plano Nacional de Capacitação - PNC 2008/2011, de forma coletiva, com a efetiva participação das Superintendências Regionais à luz das diretrizes estratégicas, visando o aperfeiçoamento contínuo dos servidores em suas respectivas áreas de atuação,



determinadas pelas unidades responsáveis pelos

A SR(02), apresentou alguns projetos em 2009, dentre eles um amplo projeto de reestruturação da gestão, com foco na inserção ao GESPÚBLICA, cuja implementação dar-se-á em 2010.

O INCRA no Ceará tem 206 servidores ativos, sendo que 15 deles encontram-se cedidos ou afastados.

ÍNDICE DE QUALIDADE DOS DADOS

Sem registros de inconformidade para a SR(02).



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

17. Anexos

Consultar páginas siguientes.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ – SR(02)

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o artigo 19 da lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Fortaleza, 12 de março de 2010.



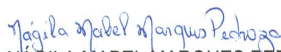
MARIA DENISE SILVA ARAGÃO
CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ – SR(02)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Fortaleza, 12 de março de 2010.


NAGILA MABEL MARQUES PEDROZA
CONTADOR/SIAPE/Nº 1498617

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS				EXERCÍCIO 2009		MÊS DEZ/FECHADO	
SUBTÍTULO	37304537201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARÁ-INCRAS/SR-02				EMISSÃO 09/03/2010		PÁGINA 1	
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO							

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	60.910.209,72	-60.910.209,72
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	25.356.543,99	-25.356.543,99
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	0,00	10.102,13	-10.102,13
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	25.346.441,86	-25.346.441,86
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	35.553.665,73	-35.553.665,73
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	11.897.657,72	-11.897.657,72
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	23.656.008,01	-23.656.008,01
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	60.910.209,72	-60.910.209,72

Náglia Mabel M. Pedroza
Náglia Mabel M. Pedroza
Contador/SIAPE/Nº 1499A-1

Náglia Mabel M. Pedroza
Náglia Mabel M. Pedroza
Contador(SIAPE/Nº 149984-3



PDF
Complete

Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS				EXERCICIO 2009		MES DEZ/FECHADO	
SUBTITULO	373045/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARA-INCRASR-02				EMISSAO 09/03/2010		PAGINA 2	
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO							

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	61.101.449,21	156.857,57	60.944.591,64
					DESPESAS CORRENTES	0,00	25.547.783,48	156.857,57	25.390.925,91
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	10.102,13	0,00	10.102,13
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	25.537.681,35	156.857,57	25.380.823,78
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	35.553.665,73	0,00	35.553.665,73
					INVESTIMENTOS	0,00	11.897.657,72	0,00	11.897.657,72
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	23.656.008,01	0,00	23.656.008,01
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	61.101.449,21	156.857,57	60.944.591,64
MOVIMENTACAO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	61.101.345,18	61.101.345,18	30.656.731,03	30.444.614,15					
TOTAL	61.101.345,18	61.101.345,18	30.656.731,03	30.444.614,15	TOTAL	0,00	61.101.449,21	61.067.067,29	34.381,92
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	30.410.336,26	-30.410.336,26	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	61.101.345,18	61.101.345,18	61.067.067,29	34.277,89	TOTAL GERAL	0,00	61.101.449,21	61.067.067,29	34.381,92

Nagila Mabel M. Pedroza

Nagila Mabel M. Pedroza

Contador/SIAPE/Nº 14986-7

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO	MES	
			2009	DEZ(FECHADO)	
SUBTITULO	373045/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARA-INCRASR-02				
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO	PAGINA	
			09/03/2010	1	

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	424.507,25	9.134,57	DESPESAS CORRENTES	25.513.401,56	12.973.372,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	424.507,25	9.134,57	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.102,13	11.310,79
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	30.670.262,83	13.970.696,25	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.401.097,50	12.773.480,98
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	30.656.731,03	13.970.696,25	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	7.089.802,32	8.779.636,77
SUB-REPASSE RECEBIDO	30.640.007,55	13.953.972,77	OUTRAS DESPESAS	18.311.295,18	3.993.844,21
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	30.640.007,55	13.953.972,77	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	102.201,93	188.581,22
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	16.723,48	16.723,48	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	102.201,93	188.581,22
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	13.531,80	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	35.553.665,73	25.992.713,59
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1.000,00	0,00	INVESTIMENTOS	11.897.667,72	8.834.587,02
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.000,00	0,00	INVERSOES FINANCEIRAS	23.656.008,01	17.158.126,57
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	12.531,80	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	479.505,49	25.856,05
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	110.249.236,69	97.485.057,24	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	0,00	16.723,48
VALORES EM CIRCULACAO	30.578.429,06	32.667.101,52	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	0,00	16.723,48
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	30.578.429,06	32.667.101,52	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	479.505,49	9.134,57
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	16.723,48	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	42.466,44	0,00
VALORES DIFERIDOS	0,00	16.723,48	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	42.466,44	0,00
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	40.593.128,86	34.647.990,98	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	437.039,05	9.134,57
RESTOS A PAGAR	40.591.740,16	34.647.339,01	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	79.797.433,99	72.472.943,43
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	40.505.002,56	30.593.939,01	VALORES EM CIRCULACAO	40.499.599,02	30.578.429,06
CANCELADO	86.737,60	4.053.400,00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	40.499.599,02	30.578.429,06
VALORES EM TRANSITO	1.388,70	651,97	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	16.723,48	16.723,48
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	39.077.678,77	30.153.241,26	VALORES DIFERIDOS	16.723,48	16.723,48
INCORPORACAO DE DIREITOS	39.077.678,43	30.153.241,26	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	30.594.590,98	32.647.809,40
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	39.077.678,43	30.153.241,26	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	30.593.939,01	32.647.809,06
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	0,34	0,00	VALORES EM TRANSITO	651,97	0,34
EXERCICIOS ANTERIORES	0,34	0,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	6.886.520,51	9.229.981,49
			BAIXA DE DIREITOS	6.886.520,51	9.229.981,49
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.886.520,51	9.229.981,49
INGRESSOS	141.344.006,77	111.464.888,06	DISPENDIOS	141.344.006,77	111.464.888,06

Nagila Mabel M. Pedroza
Nagila Mabel M. Pedroza
Contador(S)IAPE/Nº 14986

Nagla Mabel M. Pedroza
Nagla Mabel M. Pedroza
Contador/SIAPE nº 149PA

TITULO			BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS			EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO			373045/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARA-INCRASR-02			2009		DEZ(FECHADO)	
ORGAO SUPERIOR			49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO			EMISSAO		PAGINA	
						09/03/2010		1	
ATIVO						PASSIVO			
TÍTULOS		2009	2008	TÍTULOS		2009	2008		
ATIVO FINANCEIRO		40.499.599,02	30.578.429,06	PASSIVO FINANCEIRO		40.506.391,26	30.611.314,46		
CREDITOS EM CIRCULACAO		40.499.599,02	30.578.429,06	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		40.506.391,26	30.594.590,98		
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO		1.421.920,59	425.187,80	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		40.505.002,56	30.593.939,01		
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		39.077.678,43	30.153.241,26	A LIQUIDAR		40.505.002,56	30.593.939,01		
ATIVO NAO FINANCEIRO		264.761.104,45	219.811.249,41	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS		1.388,70	651,97		
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		-16.391.852,04	-27.887.313,95	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		0,00	16.723,48		
CREDITOS EM CIRCULACAO		-22.610.649,83	-29.364.524,20	VALORES DIFERIDOS		0,00	16.723,48		
RECURSOS A RECEBER PIPAGTO DE RP-RETIFIC		-39.077.678,43	-30.153.241,26	PASSIVO NAO FINANCEIRO		-40.505.002,56	-30.593.939,01		
DIVERSOS RESPONSAVEIS		0,00	558,54	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		-40.505.002,56	-30.593.939,01		
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		16.467.028,60	788.158,52	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID		-40.505.002,56	-30.593.939,01		
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		6.218.797,79	1.477.210,25	PASSIVO REAL		1.388,70	17.375,45		
ESTOQUES		49.657,82	38.504,73	PATRIMONIO LIQUIDO		305.259.314,77	250.372.303,02		
TITULOS E VALORES		6.169.139,97	1.438.705,52	PATRIMONIO/CAPITAL		250.372.303,02	261.998.639,07		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		273.360.307,33	240.611.270,22	PATRIMONIO		250.372.303,02	261.998.639,07		
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		273.360.307,33	240.611.270,22	RESULTADO DO PERIODO		54.887.011,75	-11.626.336,05		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		174.647.332,80	154.403.432,80	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA		305.260.703,47	250.389.678,47		
CREDITOS A RECEBER		98.712.974,53	86.207.837,42	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA		-250.373.691,72	-262.016.014,52		
PERMANENTE		7.792.649,16	7.087.293,14						
IMOBILIZADO		7.790.700,45	7.085.344,43						
BENS MOVEIS E IMOVEIS		7.790.700,45	7.085.344,43						
INTANGIVEL		1.948,71	1.948,71						
ATIVO REAL		305.260.703,47	250.389.678,47						
ATIVO COMPENSADO		112.854.009,87	52.904.604,61	PASSIVO COMPENSADO		112.854.009,87	52.904.604,61		
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS		112.854.009,87	52.904.604,61	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS		112.854.009,87	52.904.604,61		
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B		251.010,66	249.641,96	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA		251.010,66	249.641,96		
GARANTIAS DE VALORES		7.178,66	7.178,66	VALORES EM GARANTIA		7.178,66	7.178,66		
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS		110.760.922,72	46.410.257,94	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS		110.760.922,72	46.410.257,94		
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS		1.699.672,31	1.247.368,49	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		1.699.672,31	1.247.368,49		
OUTRAS COMPENSACOES		135.225,52	4.990.157,56	COMPENSACOES DIVERSAS		135.225,52	4.990.157,56		
ATIVO		418.114.713,34	303.294.293,08	PASSIVO		418.114.713,34	303.294.293,08		
				 Nagila Mabel M. Pedroza Contador(S)IAPE/Nº 14986-7					

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS				EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	373045/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARÁ-INCRASR-02				2009	DEZ(FECHADO)
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				EMISSION	PÁGINA
					09/03/2010	1
VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS			
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008	
ORÇAMENTÁRIAS	86.148.880,41	43.133.002,82	ORÇAMENTÁRIAS	61.314.872,41	39.253.707,71	
RECEITAS CORRENTES	424.507,25	9.134,57	DESPESAS CORRENTES	25.513.401,56	12.973.372,39	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	424.507,25	9.134,57	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.102,13	11.310,79	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	30.656.731,03	13.970.696,25	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.401.097,50	12.773.480,98	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	30.656.731,03	13.970.696,25	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	102.201,93	188.581,22	
SUB-REPASSE RECEBIDO	30.640.007,55	13.953.972,77	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	102.201,93	188.581,22	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	16.723,48	16.723,48	DESPESAS DE CAPITAL	35.553.665,73	25.992.713,59	
MUTUAÇÕES ATIVAS	57.067.642,13	29.153.172,00	INVESTIMENTOS	11.897.657,72	8.834.587,02	
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	26.713.469,32	5.022.417,76	INVERSOES FINANCEIRAS	23.656.008,01	17.158.126,57	
AQUISICÕES DE BENS	1.717.369,79	1.719.736,59	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	16.723,48	
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	24.996.099,53	3.302.681,17	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	16.723,48	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	30.354.172,81	24.130.754,24	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	0,00	16.723,48	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	111.409.620,52	59.595.541,27	MUTUAÇÕES PASSIVAS	247.805,12	270.897,65	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	16.634.912,88	1.765.167,28	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	247.805,12	270.897,65	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	16.621.381,08	1.765.167,28	LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	247.805,12	270.897,65	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.000,00	0,00	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	83.356.616,77	75.101.172,43	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	12.531,80	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	528.406,69	11.577,57	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	94.774.707,64	57.830.373,99	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	48.901,20	2.443,00	
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	94.687.969,70	53.776.973,99	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	42.468,44	0,00	
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	1.252.294,67	6.786.463,11	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	437.039,05	9.134,57	
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	496.075,68	174.920,63	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	82.828.210,08	75.089.594,86	
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	92.939.599,35	46.815.590,25	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	62.385.100,82	48.904.970,57	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	86.737,94	4.053.400,00	BAIXA DE BENS IMOVEIS	2.182.554,21	8.090.380,11	
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	11.626.336,05	BAIXA DE BENS MOVEIS	707.267,25	520.801,68	
DÉFICIT	0,00	11.626.336,05	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	11.701.455,00	904.584,06	
			BAIXA DE DIREITOS	47.793.824,36	39.389.204,72	
			INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	20.443.109,26	26.184.624,29	
			RESULTADO PATRIMONIAL	54.887.011,75	0,00	
			SUPERÁVIT	54.887.011,75	0,00	
VARIAÇÕES ATIVAS	199.558.500,93	114.354.880,14	VARIAÇÕES PASSIVAS	199.558.500,93	114.354.880,14	
 Nagila Mabel M. Pedroza Contador(S)IAPEINº 14985-7						

Em atenção ao Ofício nº 691/2009-P, encaminhado a esta Secretaria, informamos que, em análise realizada no âmbito da 8ª Secex, entendemos que as modificações propostas pela Diretoria de Gestão Estratégica da Autarquia em relação aos indicadores de desempenho podem ser aceitas, com exceção do indicador “Renda Média das Famílias”, que será considerado obrigatório, podendo ser obtido por estimativa ou amostragem segundo metodologia escolhida pelo Incra a ser explicitada no Relatório de Gestão. Oportunamente, a 8ª Secex emitirá orientação às Unidades Regionais deste Tribunal para que, quando da análise dos processos de contas das unidades do Incra referentes ao exercício de 2009, avaliem o cumprimento dos requisitos enumerados no Quadro II.C.6 da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 considerando as modificações ora propostas pela autarquia. Informamos ainda que, futuramente, os indicadores deverão ser rediscutidos com o Incra e com a CGU para confecção do normativo que tratará das contas dos exercícios de 2010 e 2011.

Atenciosamente,

Rafael Lopes Torres

Propostas de alteração de indicadores a serem apresentados pelo INCRA¹

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária							
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de área de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei n.º 10.267/2001, de acordo com os prazos definidos pelo artigo 10 do Decreto n.º 4.449/02, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra no nível de agregação(ha)) multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação(ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72 , em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha)) multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis.	Indica o percentual processos de Certificação analisados conforme descrito na IN-INCRA 25/2005.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de processos com análise emitida – conforme indicado nos sistemas SISPROT/ SISDOC/SNCR; • Número de processos de certificação protocolados– Conforme sistemas SISPROT e SISDOC.

¹ Legenda para entender o quadro em anexo: BRANCO - proposta original do TCU; VERDE - sem nenhuma solicitação de ajuste por parte do INCRA (ou pequenas correções); AMARELO - nova proposta elaborada pelo INCRA (destacando em letras vermelhas as alterações sugeridas); VERMELHO - sugestão de eliminação do indicador.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada ² no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados nos termos da MPV 458/2009	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos de regularização fundiária analisados, dividido pelo número de processos de regularização fundiária protocolados) multiplicado por 100.	• Número de processos de regularização fundiária analisados – Disponíveis no SNCR. • Número de processos de regularização fundiária protocolados no nível de agregação – Conforme sistemas SISPROT e SISDOC.
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício ³ , no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.

² Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

³ Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento							
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras pelo Incra por hectares.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras, dividida pela quantidade de terras obtidas no nível de agregação.	- Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/atividade 4426. - Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto.
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuado pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício⁴, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação⁵.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o número de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de Projetos de Assentamento com processo de licença ambiental protocolado, dividida pelo total de Projetos de Assentamento no nível de agregação) multiplicado por 100.	- Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental – Banco de Dados do Incra e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente; - Quantidade total de PA(s) – Sistema Sipra.
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício⁶, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida

⁴ Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

⁵ Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

⁶ As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
de Assentamento	de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.						– SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ⁷ , no nível de agregação), multiplicado por 100.	• Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. • Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento							
Índice de acesso à água para consumo	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias dos	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanada, de poço ou de cisterna –dividido pela quantidade total de	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e banco de dados do Sipra a ser alimentado;

⁷ As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
doméstico	assentamentos.					famílias nos assentamentos no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias na Jurisdição no nível de agregação – Conforme constante do Sistema Sipra.
Índice de acesso à água para consumo doméstico ⁸	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente⁹.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício , no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA/PRA, dividida pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA – Avaliado pela Unidade Gestora responsável pela análise do documento quando da entrega. • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sistema Sipra.
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCAR	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra¹⁰ , dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.

⁸ Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso à água dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

⁹ Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

¹⁰ Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Índice de acesso a estradas transitáveis, ou outras vias de transporte adequadas ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequadas ao escoamento da produção segundo o total de unidades produtivas nos assentamentos	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pela quantidade total de unidades produtivas nos assentamentos no nível de agregação) multiplicada por 100.	- Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s). - Número total de unidades produtivas nos assentamentos – Conforme constante no Sistema Sipra.
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício , segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício¹¹ , no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia segundo o número total de famílias dos assentamentos	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias nos assentamentos no nível de agregação) multiplicada por 100.	- Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e banco de dados do Sipra a ser alimentado; - Número de famílias do PA – Conforme constante do Sistema Sipra.

¹¹ Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício ¹² , no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.
Índice de acesso a serviços sociais básicos (opcional ou por amostragem) ¹³	Expressa a proporção de famílias que tiveram acesso aos serviços sociais básicos descritos no item 5.7 do Anexo dois da NE n.º 60/2007.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias atendidas em ações sociais pelas equipes de Assistência Técnica no exercício, dividido pelo número total de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de famílias atendidas em ações sociais pelas equipes de Assistência Técnica – apurado em consonância com o descrito no item 5.7 dos Anexos II e III da NE-INCRA n.º 71/2008 a ser alimentado no Sistema Sipra. • Número de famílias do PA – Conforme constante do Sistema Sipra
Número de famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Ano Safra	Unidades	Quantidade famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por ano safra no nível de agregação.	• Quantidade famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por ano safra – Obtido junto ao MDA, instituição financeira responsável e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento
Número de contratos firmados pelas famílias	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de	• Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições

¹² Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

¹³ Sugerimos a eliminação deste indicador, visto que traz informações conflituosas e de difícil obtenção. Sugere-se a discussão deste indicador, bem como a elaboração de um novo indicador que abrigue os temas tratados no mesmo, de forma que em 2011 possamos ter um indicador nestes termos.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção ¹⁴	voltadas à agricultura familiar.					agregação.	financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR
Índice de repasse financeiro para Assistência Técnica ¹⁵	Expressa a quantidade financeira repassada às prestadoras de Assistência Técnica, em face do pactuado nos instrumentos do convênio ou documento similar.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Trimestral	Porcentagem	(Valor de empenhos liquidados pagos para convenientes de Assistência Técnica, dividido pelo valor financeiro pactuado nos instrumentos de convênio) multiplicado por 100.	• Valor de empenhos liquidados pagos para convenientes de Assistência Técnica – Apurado nos Sistemas Sigplan e SIAFI apurado no Programa 1427/Ação 4470. • Valor financeiro pactuado nos instrumentos de convênio – Conforme documentos firmados entre a Autarquia e a Entidade Prestadora a ser alimentado e controlado no Sistema Sipra
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Ano Safra	Porcentagem	(Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio; • Número de famílias do PA – Conforme constante do Sistema Sipra
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; • Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.
Renda média das famílias (não)	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível	• Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela

¹⁴ Verificar a possibilidade de eliminar este indicador, remetendo-o ao MDA, tendo em vista que tal informação, a princípio, é de competência do referido Ministério.

¹⁵ Conforme discutido em reunião com o TCU, sugere-se eliminar este indicador tendo em vista que tais informações podem ser extraídas diretamente do Siafil ou Siconve.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
obrigatório ou por amostragem) ¹⁶					(reais)	de agregação.	constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.
Índice de Parcelas Fiscalizadas	Expressa a proporção de parcelas fiscalizadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008	Superintendência/Brasil	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de parcelas fiscalizadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008/Quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	- Quantidade de parcelas fiscalizadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. - Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR).
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	- Quantidade de parcelas fiscalizadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. - Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Ano	Porcentagem	(número de beneficiários em assentamentos com pontuação acima de 700, conforme NE 9/2001, dividido pela quantidade total de beneficiários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	Número de assentamentos com pontuação acima de 700 pontos conforme NE 9/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica

¹⁶ Ressalta-se que não há este ano obrigatoriedade de apresentação deste indicador, porém, aquelas SR que possuem levantamentos que gerem renda média, deverão informar este indicador. Para os próximos exercícios, a Diretoria de Desenvolvimento deverá definir como irá gerar este indicador.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Índice de consolidação de assentamentos ¹⁷	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Área: Gestão Administrativa							
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/ funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV

¹⁷ Solicitação de alteração acatada, desde que o Normativo seja revisado no decorrer de 2010.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Índice de Qualidade de dados ¹⁸	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	- Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. - Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.

¹⁸ Como gerar este indicador naquelas SR onde a auditoria não visitou no decorrer de 2009.